



# Anais da Assembléia

Nº 148

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1977.

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 228ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 1977

### QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Lúcio Machado, secretariada pelos Senhores Deputados Otássio Pereira e Ezequias Losso.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daro, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal' Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 330/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 267/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de São Mateus do Sul, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Paulo Fortes. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para sexta-feira, dia 18, às 9,30 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 330/77.

Levanta-se a sessão.

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 229ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 1977

### QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal' Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS:

Sob os números 199 e 200/77, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

67/77: Do Senhor Deputado Alfredo Gulín, que declara de utilidade pública, a Associação Metodista de Assistência Social — AMAS., com sede na cidade de Morretes, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 6940. — Agradeça-se.

98/77: Do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mariópolis", com sede na Cidade de Mariópolis, o qual convertido em Lei tomou o número 6941. — Agradeça-se.

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei número 142/77, de sua autoria que visa estabelecer normas disciplinadoras para declaração de utilidade pública de entidades em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1977.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência para a Proposição número 520/77, originária do Ofício número 841/77-Gab. do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer regime de urgência ao Projeto de Lei no. 113/77, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente das Senhoras Sírío-Libanesas, com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1977.

(a) Fuad Nacli.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo pela passagem, no último dia 15, do 107o. aniversário de emancipação política do Município de Rio Negro.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos Exmos. Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara dos Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1977.

(a) Maurício Fruet.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer a consignação em ata, de um voto de regozijo e aplauso ao Exmo. Sr. Governador Jayme Canet Junior, pela feliz e oportuna nomeação do Engenheiro LUIZ ANTÔNIO A. PINHO, para o cargo de Superintendente da Administração dos Portos de Parana-guá e Antonina.

Através do presente, desejamos nos congratular com o Senhor Governador, pela acertada escolha desse ilustre Engenheiro que há muitos anos vem emprestando sua preciosa colaboração à Administração do Porto de Parana-guá, um dos mais importantes do País, ocupando diversos cargos de relevância nessa autarquia, sendo portanto profundo conhecedor dos problemas relacionados com o Porto.

Membro de tradicional família paranguara, o Engenheiro Luiz Antônio Pinho, pelo seu caráter íntegro, pela sua capacidade e abnegação ao trabalho, tornou-se credor da simpatia e admiração de todos os portuários.

Sempre foi elemento de absoluta confiança dos seus superiores, exercendo nos últimos dez anos, o cargo de Diretor Técnico e substituto natural do Superintendente.

Foi, sem sombra de dúvidas, um ato de inteira justiça do Sr. Governador, reconhecendo os méritos desse brilhante paranguara, colocando-o no posto que ele conquistou pelo seu esforço, pela dedicação e capacidade administrativa, por todos reconhecida.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1977.

(a) Nelson Buffara.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção em ata de voto de regozijo pelo transcurso, em data de ontem, 15 de novembro, do 107o. aniversário de emancipação política do Município de Rio Negro.

Ao se emancipar da Lapa, em 1870, o Município de Rio Negro, que já vinha se notabilizando pelo progresso e desenvolvimento, alcançou foros de grande contribuinte da economia paranaense, na qual, aliás, passou a ter uma participação preponderante.

É que em Rio Negro, como diz o Hino comemorativo ao primeiro centenário, "vive um povo ordeiro e feliz que tem fé e amor ao trabalho e a Deus", cuja única preocupação consiste no engrandecimento do município e, em consequência

do Estado.

Assim, ao completar sete anos da primeira década do seu segundo século, Rio Negro deve merecer, pelo que representa em tradição e esforço contínuo pelo Paraná, a homenagem que lhe é devida por todos os paranaenses.

Não pode, portanto, a Assembléia Legislativa, furtar-se a um momento de júbilo pela passagem dessa efeméride.

Pede-se, outrossim, que da decisão do Plenário seja comunicada à Prefeitura e à Câmara Municipal de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1977.

(a) Accioly Neto.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhada ao Exmo. Sr. Governador do Estado, sugestão no sentido de que seja, através do envio de Mensagem Governamental a esta Casa, autorizada a doação ao Município de Campo Largo, do imóvel pertencente ao Governo do Estado do Paraná, constituído de uma área de terras, cedido ao Ministério da Agricultura, onde funcionou entre 1.940 a 1.960, a estação de enologia da EMBRAPA.

Tal sugestão se faz, tendo em vista o atual desinteresse da EMBRAPA, por aquele imóvel, onde funcionou até 1.960 um centro de pesquisas e estudos de natureza agropecuária e agrícola, conforme o histórico que anexamos ao presente.

A doação que ora sugerimos, virá trazer inúmeros benefícios à cidade de Campo Largo, que se vê carente de áreas disponíveis para a implantação de inúmeros serviços públicos urbanos que poderão ser executados através da captação de recursos financeiros federais que se destinam à melhoria da infraestrutura urbana das cidades brasileiras.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1977.

(a) Fabiano Braga Côrtes.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Ilmo. Sr. Chefe do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), manifestando o apoio desta Casa à Moção no. 6 - apresentada pela Associação Comercial de Matigá, na XXV Reunião das Associações Comerciais do Paraná, realizada em Foz do Iguaçu, no mês de setembro p.p., que foi aprovada naquela reunião, consubstanciada em pedido de abertura de novas concorrências para implantação de novas linhas de transporte coletivo, através de outras empresas, exceptuando-se a que detém as atuais concessões em regime de monopólio, no percurso Maringá-Londrina; Maringá-Curitiba e Maringá-São Paulo.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se aos Exmos. Srs. Ministro da Fazenda e da Indústria e Comércio, manifestando o integral apoio desta Casa à Moção no. 4, apresentada pela Associação Comercial de Maringá, na XXV Reunião Plenária das Associações Comerciais do Paraná, realizada em Foz do Iguaçu no mês de setembro pp., tendo obtido acolhimento na mesma, na qual pleiteia medidas visando a diminuição de taxas dos juros e demais taxas bancárias, objetivando a dedução do custo do dinheiro, que em última análise, é a verdadeira causa da inflação no País.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1977.

(a) Antônio Facci.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura

do expediente.

Recebidos e entregues aos Srs. Deputados os avulsos contendo a íntegra da Proposição no. 37/77, consubstanciados na apresentação de emendas à Constituição do Estado, com base no que preceitua o art. 197 do Regimento Interno, nova redação dada pela Resolução no. 2/71 de 6/5/71, abre-se, a partir deste momento, o prazo de 3 dias para oferecimento de emendas às emendas propostas à Constituição do Estado.

Findo o prazo de apresentação de emendas, ainda regimentalmente, serão os Srs. Líderes da Arena e do MDB, solicitados a indicar os membros que haverão de compor a Comissão Especial para oferecer parecer à Proposição 537/77.

Tendo sido aprovado em sessão da última semana, requerimento de autoria do Sr. Erondy Silvério, determinando que à Hora do Expediente da presente sessão ordinária fosse dedicada à exposição de motivos que fará nesta Casa e nesta data S. Exa. o Sr. Dr. João Elísio Ferraz de Campos, Secretário dos Negócios da Administração do Estado do Paraná, convido os Srs. Deputados Erondy Silvério e Fuad Nacli para conduzirem a este Plenário, S. Exa. o Sr. Secretário da Administração.

A Presidência tem a imensa satisfação de receber à Mesa dos trabalhos desta Casa, S. Exa. o Sr. Secretário dos Negócios da Administração do Governo do Estado do Paraná, Dr. João Elísio Ferraz de Campos.

S. Exa., a convite da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por proposição do Sr. Deputado Erondy Silvério, fará, na hora do Expediente, uma exposição sobre os planos do Executivo, acerca das obras do Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Netto.

A Presidência, com satisfação, concede a palavra ao Sr. Secretário João Elísio Ferraz de Campos.

**O SR. SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi com muita honra que recebi o convite para comparecer a esta Casa de Leis.

Ao mesmo tempo, quero agradecer a iniciativa do Sr. Deputado Erondy Silvério que me deu a oportunidade de estar aqui hoje.

Gostaria de explicar aos Srs. Deputados o que pretendemos fazer, o que estamos fazendo, nesta área do Centro Cívico.

Inicialmente, gostaria de fazer o histórico de como foi planejado, como começou a se falar no Centro Cívico do Paraná.

Em 1.940, quando o arquiteto francês Agache esteve em Curitiba, e fez o plano arquitetônico da cidade, criou essa área que viria centralizar os serviços públicos: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Posteriormente, em 1.951, o governo do Sr. Bento Munhoz da Rocha Netto fez o primeiro plano de obras.

Mais tarde, em 1.968, foi inaugurada a área onde se encontra hoje o prédio das Secretarias de Estado e que deverá ser inaugurada em dezembro deste ano.

Em 1.974, no Governo Emílio Gomes, delimitou-se a área do Centro Cívico em 500 mil metros quadrados.

Será feito, nessa área de 500 mil metros quadrados, várias edificações.

Gostaria de salientar algumas delas, como, por exemplo, o prédio onde será situado seis Secretarias de Estado, com 27 mil metros quadrados de área construída, e ali atrás do Palácio Iguaçu, ao lado da Assembléia, será construído um prédio para gabinete dos Srs. Deputados, com 10 mil metros quadrados, perfazendo um total de 97 mil metros quadrados.

Ainda temos a definir onde será construído o prédio do Tribunal de Justiça.

Para ele temos três opções. Uma delas, seria se construir onde foi projetado no início — atrás do Tribunal do Juri, em

frente ao Palácio Iguaçu.

A outra, seria nós construirmos ou outros 21 andares do atual prédio do Tribunal de Justiça.

E a terceira alternativa seria a que nós entramos em entendimento com a Legião Brasileira de Assistência e pretendemos trocar este imóvel que hoje pertence à Legião Brasileira de Assistência, com o Estado, para ali então fazer um prédio de mais ou menos 15 metros quadrados onde seriam colocadas todas as Varas Cíveis e Criminais.

Para ser feito isto, foi projetado um Plano Viário, que os Srs. têm de entender que é uma área de 500 mil metros quadrados, e nós convocamos para isto, o Instituto de Pesquisas de Curitiba, o IPPUC, que fez o Plano Viário e todo o Plano Urbanístico da área.

Este Plano Viário compreende o asfaltamento da Rua Mário de Barros, que é a rua que passa por trás do Palácio, onde todo o tráfego que passa hoje em frente ao Palácio passará pelo fundo do Palácio.

É uma avenida de 12 metros de largura e dá volta no Tribunal de Contas e desemboca em frente ao Palácio e a outra rua desemboca na Mateus Leme.

Será asfaltada também logo atrás do antigo prédio do Instituto, atual prédio das Secretarias, em frente ao bosque a Rua Eufrázio Correia, até o seu final.

A idéia e intenção nossa é de tornar essa área de 500 mil metros quadrados num parque.

O Palácio ficará no meio deste parque onde não terá frente e não terá lado e fundo.

Os muros serão derrubados e será feito um gradil de ferro em volta só do Palácio propriamente dito.

Fora disto, esta área será toda urbanizada, esta parte da frente servirá como uma esplanada cívica, e a parte dos fundos, como uma área de lazer.

Atrás do Palácio e ao lado do prédio das Secretarias, nós temos um bosque de 50 mil metros quadrados, que já está limpo e já se começou a fazer os caminhos, vão fazer alguns quiosques, churrasqueiras e tudo isto, para ser aberto ao público.

Então, com isto tudo, Curitiba, ganhará um parque no coração da cidade de 500 mil metros quadrados.

Eu gostaria de ressaltar aqui, este projeto foi feito pelo Arquiteto Burle Marx que já tinha sido contratado em Governos anteriores e agora foi recontratado para nós executarmos o seu projeto inicial.

O prédio das Secretarias é um projeto do Dr. Oscar Niemeyer, que foi projetado para o Instituto de Educação em 1.966.

E nós, em conversa com ele, o convencemos de transformá-lo em prédio de Secretarias.

Eu gostaria inclusive, de deixar aqui um convite aos Srs. Deputados para conhecerem esta obra.

É um prédio de 27 mil metros quadrados onde serão colocadas seis Secretarias de Estado, Secretaria de Administração, Finanças, Planejamento, Indústria e Comércio, Interior e Justiça.

Nos outros dois prédios, que nós iniciaremos dentro de 20 dias, de 12 mil metros quadrados cada um, serão colocadas as Secretarias de Recursos Humanos, Educação, Saúde e Segurança Pública.

Com isto, nós vamos ter grande parte dos nossos imóveis hoje locados à disposição do Estado.

O Estado irá dispor de tudo isto porque com o remanejamento destas Secretarias virem para o Centro Cívico, vão vagar todos os prédios praticamente na cidade.

Este prédio de 27 mil metros quadrados vai ficar nele 1.200 funcionários.

O prédio estará dotado de uma série de serviços. Terá uma agência do Banestado, uma agência do Correio, não só

para atender o prédio mas para atender toda esta comunidade; um restaurante para 350 funcionários sentados, além da centralização de serviços de uso comum de diversas Secretarias, como serviço centralizado de xerox, vigilância, limpeza e tudo mais.

Eu gostaria de mostrar aos Srs. Deputados o áudio visual, que, quem sabe, retrate melhor isto que estou dizendo, e me colocaria à disposição, depois do áudio visual, para qualquer dúvida ou qualquer pergunta que os Srs. Deputados queiram me fazer.

Muito obrigado.

(É projetado o áudio-visual).

Srs. Deputados, eu estou à disposição dos Senhores. O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, caro Sr. Secretário da Administração, antes de mais nada e, sem intuito de ser agradável, eu quero cumprimentar V. Exa. pela atuação que vem tendo à frente da Secretaria da Administração, e também da EMOPAR.

Digo isto, porque tenho visitado diversos municípios e pude sentir, ali, a ação do Governo com relação à construção de prédios públicos, remodelações, reformas etc.

Mas o que mais me impressionou, e que, V. Exa., em sendo candidato — segundo rumores que ouvi — V. Exa. não vem fazendo daquela autarquia, um trampolim eleitoral e eleitoral, eis que dos municípios em que se faz sentir a atuação da EMOPAR, segundo pessoas com quem conversamos e perguntamos se V. Exa. não estaria fazendo estas obras, tendo em vista a sua condição de candidato, responderam-nos que não, as respostas foram favoráveis a V. Exa., disseram-nos que V. Exa. jamais lhes houvera falado sobre candidatura.

O que mais motivou a convocação do jovem Secretário a esta Casa, foi o fato de ser eu um admirador incondicional do ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, homem público a quem o Paraná tanto deve.

Ficaria eu, aqui, toda a tarde e não seria ainda um tempo suficiente para trazer a esta Casa, todas as realizações de Bento Munhoz da Rocha Netto, que conheço sobejamente — não só a favor do Paraná, mas à própria Nação brasileira, Bento Munhoz da Rocha Netto que, quando assumiu o Governo foi muito criticado, foi chamado de visionário por querer erigir um Centro Cívico onde se concentrassem todas as repartições públicas, facilmente, desta maneira, não só à Administração, mas, ao próprio povo que era o que mais ele tinha em conta, em conta maior, eis que Bento Munhoz da Rocha Netto era um homem profundamente sensível aos problemas da coletividade; ele tinha ao pensar em Centro Cívico, ou ao planejar um Centro Cívico, em conta, tão somente as condições de conforto, as condições que favorecessem realmente a população.

Na oportunidade, quando fazemos parte dos festejos do Centenário uma série de obras, como Biblioteca Pública, Teatro Guaíra, Centro Cívico, ele foi, rudemente, atacado.

Na época, eu pertencia a um Partido que fazia oposição ao então Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, que era o ex-Partido Social Democrático.

Mas, naquela oportunidade, já, eu me colocava contra o pensamento dos homens do meu partido e, ao lado do grande Governador, porque eu também achava que era a solução para Curitiba e para o Paraná.

E os tempos vieram provar que quem tinha razão era Bento Munhoz da Rocha Netto.

Está aí a Biblioteca Pública, já não satisfaz mais as necessidades de uma grande Capital; está aí o Teatro Guaíra, uma realidade, embora as suas verdadeiras finalidades não estejam sendo atendidas.

Isto não é culpa do Governo; é uma questão de estrutura; eu acho que o teatro não colocou onde deveria, o teatro elitizou-se.

Não era esse, também, o pensamento do grande paranaense que o projetou.

Mas, isto não é assunto para esta oportunidade. Mas quando eu li pela imprensa que V. Exa. tinha submetido ao Governador Jayme Canet Júnior um novo plano de obras e, este, definitivo, para o Centro Cívico, eu confesso que me preocupei, porque eu tenho uma grande, não é ojeriza, mas eu tenho uma grande reserva pelos tecnocratas, de hoje.

Eu acho que um dos grandes males pelos quais passa a Nação brasileira, se deve a forma como esses homens, hoje, influem nos destinos da Nação.

Quer dizer, um dos pecados da revolução de 64, foi exatamente dar força aos tecnocratas que estão, lamentavelmente, desgraçando este País.

E, eu, naturalmente, quando V. Exa. anunciou um novo projeto para o Centro Cívico, eu me preocupei, porque eu disse: olha, o moço vai entrar na dos tecnocratas; vai desfigurar aquilo que foi idealizado pelo grande e inolvidável paranaense, Bento Munhoz da Rocha Netto.

Então, essa foi a razão do requerimento que eu fiz a esta Casa que, tão gentilmente, o aprovou, convidando V. Exa. para vir aqui, demonstrar aos representantes do povo, aos legítimos representantes do povo, o que será feito, o que será o Centro Cívico.

Eu confesso que me surpreendi, surpreendi porque, hoje, se Bento vivo fosse, estaria comungando com meu pensamento — que, realmente, houve uma melhoria, uma melhoria no projeto original do Centro Cívico.

Vejo essas plantas, o tempo decorrido entre o seu planejamento até os dias de hoje.

Não compete, também, aqui analisar as razões, mas o fato é que os Governos anteriores, tocaram o projeto para frente mas, assim de uma maneira morosa, e o tempo se encarregou de erodir as obras do Centro Cívico, tornando-o quase todo obsoleto.

Mas, hoje, vejo com surpresa, surpresa agradável, que o trabalho feito pela Secretaria da qual V. Exa. é o titular, foi realmente, notável, claro com a colaboração dos demais órgãos do Governo, inclusive, uma autarquia municipal, que é o IPPUC.

Mas, vejo com satisfação que o projeto melhorou. Mas, apesar disso, eu faço um apelo a V. Exa. para que o transmita ao Sr. Governador Jayme Canet Júnior, no sentido de que se dê prioridade absoluta ao Palácio das Secretarias porque além de vir preencher aquelas finalidades inspiraram o criador do Centro Cívico, trará uma grande economia ao Estado do Paraná, porque eu estive sabendo que o Estado paga duzentos mil cruzeiros de aluguel por um imóvel na João Negrão.

Isso é um absurdo, um imóvel adaptado para servir de sede a uma Secretaria de Estado; são dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros por ano, mais taxas e juros, deve ficar em torno de três milhões.

Quer dizer que, em 2, 3 anos, prazo do contrato, dá para construir o Palácio das Secretarias.

Então, o meu apelo é que seja dado, realmente, uma prioridade absoluta para o Palácio das Secretarias.

Fiz algumas anotações aqui, mas todas de somenos importância.

A outra anotação que eu fiz aqui e que eu acho importantíssima, é que V. Exa. e o Governo do Estado dêem preferência à opção terceira, para o Palácio do Tribunal de Justiça, a fim de que realmente este conjunto possa se impôr com toda a majestade do seu projeto, porque o prédio da Legião Brasileira de Assistência, será assim, como o patinho feio, meio dessa beleza que será o Centro Cívico, idealizado pelo grande Governo

de Canet Júnior.

Então, estão aí as observações que eu me permitiria fazer, nesta oportunidade.

Prioridade absoluta para a construção do Palácio das Secretarias, sem preocupação, no momento, de outras obras a meu ver supérfluas, como ajardinamento etc., que isso seriam obras complementares.

E escolha da terceira opção para a localização do Tribunal de Justiça, aí sim, completará um grande projeto, pelo qual me parabeno com V. Exa. e com toda a equipe do Governo.

Eram estas as palavras que eu queria proferir, nesta oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO ELÍZIO FERRAZ DE CAMPOS — Só para esclarecer ao nobre Deputado, esse prédio onde serão colocadas essas seis Secretarias de Estado, nós pretendemos entregar até o dia 31 de dezembro, deste ano.

Com a mudança dessas Secretarias para o Palácio das Secretarias, nós teremos vagos os prédios onde as Secretarias estão atualmente.

Então, só para dar um exemplo, em razão do nobre Deputado haver se referido ao aluguel da Secretaria de Recursos Humanos.

A Secretaria de Recursos Humanos será mudada para a atual Secretaria de Finanças.

Então, em 01 de janeiro, em diante, se Deus quiser, não pagaremos mais esse aluguel.

A Secretaria de Segurança será mudada para onde está hoje a Secretaria de Administração e nós colocaríamos onde está atualmente a Secretaria de Segurança, quatro Delegacias especializadas, por uma série de problemas que eu não preciso dizer aos Srs. Deputados, que existem na Polícia Civil, entre aluguéis e outras coisas que estão completamente separadas destas especializadas.

E com isso, nós vamos economizar uma quantia bastante grande em aluguéis.

E, pretendemos, entregar estes dois prédios, os primeiros dois de 12 mil metros quadrados cada um, onde nós colocaremos todas as outras Secretarias, com exceção da Secretaria de Transportes que deverá ficar sempre perto do Departamento de Estradas de Rodagem.

Então, a Secretaria de Transportes, mudará do prédio do D.E.R. para onde está hoje a Secretaria do Interior.

E ainda a Secretaria de Agricultura, que existe um estudo para que ela fique com o prédio do Instituto Brasileiro do Café, na Avenida Munhoz da Rocha.

As outras todas Secretarias, até novembro do ano que vem estarão todas aqui na área do Centro Cívico.

Sobre esse problema do Palácio da Justiça, é sem dúvida nenhuma, Deputado, a terceira alternativa, a terceira opção é a melhor.

Eu mesmo estive no Rio, falando com o Presidente da LBA, e ele concordou em fazer uma permuta com o Estado.

Nós daríamos um prédio para que ele colocasse a sede do LBA, em Curitiba, e alguns núcleos no interior, inclusive eu propus a ele de nós colocarmos esses centros urbanos que o Estado está fazendo nós daríamos para a LBA e ela então manteria esses núcleos.

E a nossa preocupação, Deputado Erondy, desde o início foi de que nós não quebrássemos a idéia inicial feita pelo Governo Bento Munhoz da Rocha Netto.

Tanto é que o Governador criou uma Comissão que é presidida pelo Secretário de Administração, o Diretor Superintendente da Emopar, o Diretor do IPPUC e dois arquitetos, sendo um deles o professor Rubens Meister e outro, o professor Lineu Borges de Macedo.

O professor Rubens Meister foi o arquiteto que projetou o Teatro Guaíra e é uma pessoa assim, de bastante responsa-

bilidade e com bastante, vamos dizer assim, sensibilidade pública e ele inclusive, nos orientou bastante para nós tornarmos essa área aqui, numa grande praça.

Será evidentemente, a maior praça do Paraná, pois terá 500 mil metros quadrados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Atendendo ainda, a disposição do Sr. Secretário em dialogar sobre este assunto com os Srs. Deputados, concedo a palavra ao segundo Deputado inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTONIO FACCI — Sr. Secretário, a satisfação do legislador ao ver atendida a sua pretensão, de ver os homens do Executivo presentes aqui, para discutir os planos de execução do Plano de Governo, é de fato uma alegria para nós.

A minha pergunta não se refere exclusivamente ao plano, ao projeto do Centro Cívico.

No entanto, como vou me reportar a um problema do Palácio Iguaçu e este faz parte do Centro Cívico, me parece cabível a pergunta.

No dia 06 de outubro de 1.977, portanto, há quarenta dias, foi aprovado por esta Casa e encaminhado pelo Sr. Presidente, mesmo extra-expediente, um pedido de informações ao Governo do Estado, para nos orientar melhor na votação do orçamento que ora tramita por esta Casa, com referência à dotação orçamentária sob o código 0901030702.51.055 a título de reforma e adaptação do Palácio Iguaçu para o corrente exercício que se repetia no ano de 1.977, previsto no valor de 5 milhões, 150 mil cruzeiros.

Vem novamente para este ano no mesmo código, e o mesmo título reforma e adaptação das Instalações do Palácio Iguaçu uma previsão para 1978 de 6 milhões e 500 mil cruzeiros.

Preocupados com a destinação do dinheiro público nós perguntávamos na época se esta dotação foi efetivamente dispendida nas reformas do Palácio, caso não tenha sido utilizado todo o valor da dotação, qual a destinação dada ao saldo da mesma?

Se porventura, foi transposta para outra finalidade o saldo, e quais os decretos que determinaram a utilização e outras obras; e quais setores beneficiados e os valores dos mesmos.

As reformas e adaptações do Palácio estão sendo feitas, aí a pergunta e a validade, por ser V. Exa. responsável pela EMOPAR, por administração direta através da EMOPAR, ou por empresas particulares especializadas no setor.

Pedíamos na oportunidade, nominar as mesmas se houver, dando as suas respectivas especializações.

E eu gostaria, Sr. Secretário, de saber inicialmente, passados os 30 dias legais e o governo não respondeu, porque de não ter sido dado a resposta, e ainda se realmente foi utilizada nas reformas do Palácio e porque mais 6 milhões e meio para as reformas.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência confere pela ordem, a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Embora confira o direito ao nobre Deputado Antônio Facci de indagar ao Sr. Secretário o que ele entender deva ser indagado, eu apenas chamaria a atenção para a Presidência, de que o Sr. Secretário atendeu convite nosso a vir a esta Casa, para responder assuntos pertinentes a aspectos paisagísticos do Centro Cívico.

Claro, que eu tenho certeza que o Sr. Secretário não se furtará a responder numa outra ocasião, razão pela qual, me parece impertinente no momento, a indagação do nobre Deputado Antônio Facci.

Todavia, ainda com relação ao pedido de informações aprovado nesta Casa, com o voto do nosso Partido, a propósito dos custos da reforma do Palácio Iguaçu, eu devo informar a V. Exa. e a Casa de que o Governo do Estado já remeteu a resposta, que deve ter chegado ontem e em razão do feriado,

provavelmente ainda não foi às mãos da Presidência. Mas eu próprio já tenho a cópia da resposta fornecida pelo Palácio, a propósito dessa indagação.

Era a observação que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência considera pertinente a questão de ordem do eminente Deputado Luiz Roberto Soares. Realmente S. Exa. o Sr. Secretário dos Negócios da Administração, veio a convite desta Casa para falar sobre as obras do Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Netto. Todavia, deixamos à consideração de S. Exa., a oportunidade ou não de se desejar responder as perguntas.

Todavia, saliento que a sua recusa em responder perguntas que fujam ao tema não importaria absolutamente em desconsideração a este Poder, podendo, naturalmente, a qualquer tempo, qualquer dos Srs. Deputados endereçar a S. Exa. perguntas que possam fugir do tema proposto.

Portanto, a consideração do Dr. João Elísio Ferraz de Campos, que pretende considerar melhor.

O SR. SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO — Não. Eu tenho imenso prazer em responder ao Sr. Deputado.

Em primeiro lugar o Sr. há de considerar que o Palácio Iguaçu é, vamos dizer assim, bastante grande em metragem quadrada. O que nós fizemos neste ano de 77, foi a reforma apenas do terceiro andar. E, uma das perguntas, é se nós fizemos por administração direta ou indireta.

A EMOPAR não tem e não faz nenhum serviço por administração direta, seja ele qual for. Ela é uma empresa de prestação de serviços e inclusive foi um dos motivos que nos fez criar a empresa, mas não para que ela pudesse fazer concorrência com a iniciativa privada. Ela contratou firmas especializadas para fazer este tipo de serviço. Portanto, ela não teve nenhuma participação direta no serviço, senão a contratação. Essa verba, Sr. Deputado, pelo motivo da resposta demorar, o problema já não é meu. Porque o Diretor Superintendente da Emopar está aqui e ele me disse que respondeu ao órgão que é a Casa Civil e a Casa Civil deve ter respondido à Assembléia.

E, o ano de 78 nós pretendemos reformar em parte o 4.º andar. Agora o Sr. há de convir comigo em que essas áreas do Palácio são bastante extensas, são bastante amplas; qualquer coisa que a gente for mexer custa muito dinheiro. E eu não tenho aqui detalhadamente o orçamento. Mas para o Sr. ter uma idéia, para o Sr. colocar uma cortina, são janelões de pé direito de 5, 6, 8 metros, porque eles não têm, a esquadria corre separado do chão. Então, tudo isto custa muito dinheiro. Então o que nós pretendemos é no ano de 1978, arrumar o 4.º andar e parte do 2.º. Nessa verba de 5 milhões de cruzeiros que o Sr. citou, foi feito o 3.º andar que é o Gabinete do Governador, mas a parte da cozinha e toda a instalação hidráulica de baixo do Palácio, que estava assim completamente, já não funcionava mais nada, e está incluído aí, se não me engano, uma construção onde funciona hoje o rádio do Palácio e parte da Casa Militar. E uma obra que foi construída dentro do terreno do Palácio, ao lado direito dele. Tem mais ou menos 570 metros quadrados. Por isso, quem sabe, a importância tenha chamado a atenção.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Se me permite, Sr. Presidente.

Apesar do zelo, S. Exa. o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, líder da Arena, em procurar resguardar o Sr. Secretário de responder perguntas que não fosse exclusivamente sobre o paisagismo do Centro Cívico, me parece que o Sr. Secretário está plenamente a vontade para responder a esta pergunta, o que não tinha nenhuma maldade. O Deputado Erondy Silvério disse que está se gastando quase dois milhões de cruzeiros em aluguel e nós gastamos só para reforma, 5 milhões e 150 mil cruzeiros no ano, previsto mais 6.500 no outro.

Portanto, acho justo que a Assembléia saiba. E quero ainda, Sr. Secretário, me penitenciando por isto, dizer que toda vez que esta bancada do MDB cobra um requerimento, ele che-

gou ontem na casa. Jamais temos ele na mão, e esta é a segunda vez que o vejo apenas este mês.

Mas, aqui esteve também o Secretário de Transportes, que se comprometeu a responder uma porção de requerimentos, não houve possibilidade de responder da tribuna, e os requerimentos feitos posteriormente, mesmo com o compromisso dele, não vieram as informações.

Por isso, o desejo nosso de perguntar a V. Exa., especificamente sobre isto. Aguardarei a resposta escrita para verificar se a dotação foi inteiramente tomada nessa atividade.

Agradeço a amabilidade de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Ainda para falar sobre o assunto em tela confiro a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Queria registrar a minha satisfação pessoal de vê-lo nesta Casa, Secretário, da Pasta da Administração do Governo do Estado.

Indagaria de V. Exa., se já há um custo aproximado das obras a serem efetivadas com a construção dos novos prédios do Centro Cívico, e faço essa indagação, Secretário, para registrar a minha preocupação — que sei deve ser também de V. Exa., — de que as obras não são obras de caráter faraônico.

Nós vivemos num país em desenvolvimento, num país de escassos recursos. Verificamos que a Secretaria da Administração tem usado com muita parcimônia, os recursos públicos em convênios com as prefeituras municipais, e não seria justo que aqui em Curitiba se construíssem, se edificassem obras luxuosíssimas, como este Plenário, que necessita de iluminação artificial, do sistema de refrigeração, o que seria perfeitamente dispensável, se o projeto fosse efetivado de outra forma.

Portanto, a minha indagação é se V. Exa. já possui o custo aproximado das obras — e eu registro a minha preocupação, que parece ser de V. Exa. — no sentido de que não se façam obras faraônicas no Centro Cívico do Estado.

O SR. SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO — Acho muito válida essa indagação do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, e gostaria de dizer aos Srs. Deputados, o seguinte: as obras que vamos iniciar neste período de Governo, eu me responsabilizo, de que elas não terão nada de suntuosidade. E evidente que os Srs. hão de compreender que o prédio onde vão estar situadas as 6 secretarias, não fomos nós que iniciamos. Inclusive o prédio era para ser uma escola — o Instituto de Educação do Paraná.

Essa obra, em valor de hoje, custaria mais ou menos 170 milhões de cruzeiros.

E evidente que nós pegamos a obra no ponto em que parte dela já estava pronta. Então, nós estamos investindo nela 50 milhões de cruzeiros para deixá-la pronta. A parte de estrutura de concreto já estava pronta. Nós apenas reformulamos o projeto, não vai ficar o ideal, não vai ficar cem por cento, porque o prédio era para ser o Instituto de Educação, e nós transformamos em Secretarias. Mas a impressão que eu tenho é de que vai muito bom.

Nós estamos investindo neste ano, em paisagismo, que compreende paisagismo, gramado, "petit-pave", nos fundos do Palácio, e mais em duas ruas que passam bem atrás do Palácio e atrás do Instituto de Educação, a soma de 15 milhões de cruzeiros. O Plenário, o Gabinete dos Deputados, vamos contratar agora a parte da estrutura, está orçado em 15 milhões de cruzeiros. Esses são os números que temos. Cada prédio, desses de 12 mil metros quadrados, deverá custar, não foi feita ainda a concorrência, deverá custar entre 04 e meio o metro quadrado. São prédios bastante amplos, de lajes pré-montadas, todas com esquadrias de alumínio, de andar totalmente aberto e com uma série de colunas — isso o Governador fez questão de colocar, uma série de colunas para que a estrutura não fique muito cara.



O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Secretário, peço escusas pelas considerações que vou fazer antes de formular minha pergunta, mas, evidentemente, a colocação do nobre Deputado Antônio Facci, me obriga a reafirmar nesta Casa, de que o Governo do Estado do Paraná não tem razão e nem objeção a fazer a todo e qualquer requerimento ou pedido de informações que a Oposição queira apresentar, porque não tem nada a esconder do povo do Paraná, muito menos da bancada da Oposição. Razão porque aproveito a oportunidade para dizer que estarão aqui na próxima semana, dependendo a data a ser marcada pela própria Oposição, os Srs. Secretários de Finanças e Diretores do Banco do Estado do Paraná, como estarão aqui todo e qualquer Secretário, atendendo convite, para explicitar ou esclarecer matéria pertinente às suas respectivas pastas.

Não tem razão o nobre Deputado, quando afirma que os pedidos de informação não têm sido atendidos. Todos eles têm sido devidamente atendidos e se os prazos têm sido um pouco dilatados, isso se deve basicamente a problemas internos desta Casa, porque todos os Srs. Secretários têm rigorosamente obedecido à prescrição constitucional de responder em 30 dias.

Também levantei regimentalmente o problema, porque poderia, se V. Exa. julgasse conveniente, responder aspectos orçamentários em outra oportunidade. Não foi com o intuito de resguardá-lo, porque V. Exa. felizmente, não precisa de quem o resguarde.

Finalmente, minha pergunta. Como urbanista frustrado, não tive oportunidade de verificar os problemas pertinentes ao ajardinamento no Centro Cívico. Apenas queria levantar um problema que não sei se foi dimensionado nesse projeto. Parece um erro que se vem cometendo há algum tempo, de fazer em Curitiba jardins tropicais, em uma cidade cujo clima é quase europeu e as plantas tropicais não se adaptam ao nosso clima. Esses jardins, se não me engano, foram projetados por Burle Marx, e não sei se prevalece ainda com o aspecto tropical.

O SR. SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO — Ele modificou o projeto, baseado nessas ponderações, e vamos colocar aqui todas as plantas que se dão bem com o clima do Paraná. Nota-se, desde já, que em volta do Instituto de Educação, existe quase que apenas grama e plantas apropriadas ao nosso clima.

Foi chamado o Sr. Burle Marx para reformular o projeto, pois que o original era de sua autoria, e sua execução não seria praticável.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O jardim em frente ao Palácio da Justiça está um pouco melancólico. Não contribui para dar uma visão mais esplendorosa ao Centro Cívico.

Razão pela qual tinha também essa preocupação que V. Exa. acabou de demonstrar nesta oportunidade.

O SR. SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO — Esses jardins não foram feitos conforme o plano original. Não tem nada dele. O projeto original simplesmente não foi executado. Mas, nós recontratamos o Sr. Burle Marx, para fazer um novo projeto porque ele já conhecia a área.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Outra preocupação minha e de outros Srs. Deputados, é que por um projeto oriundo desta Casa, foi erigido um busto em homenagem ao ex-Presidente Castelo Branco. Esse busto encontra-se na praça em frente à garagem do Palácio, praça que se chama Melvin Jones, fundador do Lions Club. Acharmos que o local para aquele busto está um pouco inadequado. Portanto, proporia a V. Exa., que, neste remanejamento, se desse um lugar de destaque a esse tão ilustre personagem de nossa História, porque devemos fazer justiça à grande figura que foi o ex-Presidente Castelo Branco.

O SR. SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO — Levarei em consideração essa preocupação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Secretário, a minha preocupação é exatamente a do Deputado Luiz Roberto Soares, e a minha pergunta em caráter conservacionista.

Diversos Srs. Deputados, e pessoas ligadas ao movimento conservacionista, estão preocupados com o bosque que existe nos fundos do Palácio Iguaçu. E a nossa pergunta é: o bosque de pinheiros naturais que existe ali, nos fundos do Palácio Iguaçu, será preservado?

O SR. SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO — Aquele bosque será conservado exatamente como está.

Apenas vamos fazer alguns caminhos dentro do bosque para que a comunidade possa usá-lo.

Essa preocupação é nossa também.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Secretário João Elísio Ferraz de Campos, é com grande satisfação que o cumprimentamos à sua equipe, na pessoa do seu Secretário, que vem desenvolvendo atividades no sentido de que as repartições públicas sejam devidamente atendidas.

Sr. Secretário, quando fomos Vereador à Câmara Municipal de Curitiba, nos preocupávamos muito quanto à localização da sede do Legislativo Municipal.

Naquela oportunidade, formou-se uma Comissão que esteve em contato com o Sr. Governador do Estado, quando foi reservada uma área, junto ao Tribunal do Júri, para construção futura do prédio que agregaria a sede da Câmara Municipal.

Entretanto, no projeto focalizado há pouco, está previsto um estacionamento para aquela área.

Perguntaria a V. Exa. se há algum plano para a futura instalação da Câmara Municipal neste conjunto arquitetônico que muito bem foi planejado.

O SR. SECRETÁRIO — Não, não há Deputado. Não há nenhuma previsão para a construção da Câmara nesta área do Centro Cívico. A idéia não foi nossa, enfim, nós estamos procurando terminar o que foi idéia do Sr. Bento Munhoz da Rocha Neto. Mas, desde o início, nunca foi prevista, não está prevista e nem será prevista a localização da Câmara na área do Centro Cívico.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta os Srs. Deputados, se alguém mais deseja formular perguntas a S. Exa. o Sr. Secretário da Administração.

Como o Plenário se dá por satisfeito, a Presidência, em nome da Casa, agradece a maneira simpática e altamente democrática com que S. Exa. o Sr. Dr. João Elísio Ferraz de Campos, Secretário de Administração, debateu com os Srs. Deputados aspectos do problema relacionado com as obras do Centro Cívico, Bento Munhoz da Rocha Neto e na oportunidade, agradece a S. Exa., reafirmando a sua consuieração, o seu respeito e a sua amizade, esperando poder recebê-lo novamente noutras oportunidades, para debater assuntos ligados à Pasta que tão bem administra.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

A Presidência levanta a sessão por 5 minutos, a fim de que S. Exa. o Sr. Secretário, possa despedir-se dos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Erondy Silvério e o Sr. Deputado Jorge Sato acompanharão o Sr. Secretário enquanto perdurar a sua permanência nas dependências deste Poder. Suspende-se a sessão.

(É suspensa a sessão).

(É reaberta a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 78/77, de autoria do Deputado Enéas Faria, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Major Fernando Flores, pelos relevantes serviços prestados à causa pública e ao Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 23/77, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública, a Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 61/77, de autoria do Deputado Edilson Alencar, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis Chateaubriand" (APAE), com sede e foro na cidade do mesmo nome, neste Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 74/77, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o "Movimento para Libertação de Vidas" — MOLIVI, com sede e foro na cidade de Maringá. — Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 84/77, de autoria do Deputado Fabiano Braga Cortes, que declara de utilidade pública, através de sua representação no Estado do Paraná, a "Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil" — APLUB, com sede e foro na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 105/77, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que declara de utilidade pública a "Fundação Educacional Menonita", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 112/77, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a "Associação São Roque", com sede no Distrito de Tamarana, Município de Londrina, neste Estado. — Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 136/77, de autoria do Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública a "Creche Lar Escola Saron", com sede na cidade de Curitiba. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — da Proposição número 391/77, da Comissão Especial de Reforma à Constituição, oriunda de Proposta de Emenda à Constituição Estadual de autoria do Senhor Deputado Antônio Facci, dando redação que especifica ao parágrafo 3º do Artigo 105, Capítulo VI, da referida Constituição. Com Parecer favorável e Emenda da Comissão Especial, por unanimidade. — Em regime de urgência.

Em votação a emenda substitutiva apresentada pelo Sr. Deputado Muggiati Filho. APROVADA A EMENDA SUBS-

TITUTIVA, POR MAIORIA ABSOLUTA.

A emenda irá à Comissão Especial para elaboração da sua Redação Final.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 312/77, de autoria dos Deputados Muggiati Filho e Accioly Neto, que dispõe sobre as Sessões Extraordinárias desta Assembléia Legislativa e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 92/76, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que denomina "Avelino Vieira", a Rodovia que liga Wenceslau Braz-Tomazina-Pinhalão-Japira-Ibaiti e Lisímaco Costa. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

## PROJETO DE LEI NÚMERO 92/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica denominada "Avelino Vieira", a rodovia que liga Wenceslau Braz-Tomazina-Pinhalão-Japira-Ibaiti e Lisímaco Costa.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1976.

(a) GABRIEL MANOEL

## JUSTIFICATIVA:

A rodovia que ora se pretende dar a denominação de "Avelino Vieira", consta do plano rodoviário do Governo de Jayme Canet e tem programado o seu asfaltamento para breve.

Queremos com a presente proposição prestar uma homenagem à figura de um dos desbravadores daquela região do norte pioneiro de nosso Estado. É de se destacar a figura de Avelino Vieira, pelo seu alto espírito público, que marcou a sua vida, contribuindo de maneira decisiva para o desenvolvimento daquela região, principalmente, no setor rodoviário. Foi sem dúvida alguma a luta encetada por Avelino Vieira, que consagrou o asfaltamento da rodovia "Parigot de Souza", no trecho de Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina, um dos marcos incontestes para o crescimento daquela rica região de nosso Estado.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 92/76

Na justificativa que acompanha o Projeto de Lei número 92/76 o Sr. Deputado Gabriel Manoel esclarece que tal denominação se reveste em justa e merecida homenagem ao empresário Avelino Vieira, que durante vários anos prestou os mais inestimáveis serviços ao Norte pioneiro de nosso Estado, considerando, ainda, que o mesmo iniciou sua vida pública e empresarial na cidade de Tomazina.

Analisando o referido projeto de lei verificamos que esta Comissão solicitou ao DER, conforme requerimento em anexo, informações sobre a viabilidade da denominação da rodovia que liga Wenceslau Braz-Tomazina-Pinhalão-Japira-Ibaiti e Lisímaco Costa.

A Secretaria dos Transportes, em ofício número 500/76, DER, manifestou-se favorável à aprovação do presente projeto de lei, que denomina Avelino Vieira a rodovia acima mencionada.

Nestas condições o nosso parecer é favorável, pois não há impedimento da ordem legal ou constitucional sobre a matéria.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente  
FRANCISCO ESCORSIN — Relator



1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 120/77, de autoria do Deputado Enéas Faria, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente dos Moradores da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 120/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Beneficente dos Moradores da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, com sede em Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 120/77

De autoria do nobre Deputado Enéas Faria, tem por objetivo o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Associação Beneficente dos Moradores da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, com sede nesta Capital.

Do exame do processo verifica-se que a documentação que o instrui preenche todos os requisitos exigidos pela legislação estadual e federal reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 124/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 107/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar os vencimentos dos cargos em Comissão de Diretor Financeiro e de Diretor de Manutenção, do Departamento de Estradas de Rodagem, nos valores que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CRH., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 124/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Os vencimentos mensais dos cargos em comissão de Diretor Financeiro e de Diretor de Manutenção, do Departamento de Estradas de Rodagem, deixam de pertencer à simbologia geral e ficam fixados em Cr\$ 12.675,00 (doze mil, seiscentos e setenta e cinco cruzeiros).

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de setembro de 1977.

(a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 124/77

O presente Projeto de Lei número 124/77, oriundo de Mensagem Governamental, tem por objetivo fixar os vencimentos dos cargos em comissão de Diretor Financeiro e de Diretor de Manutenção, do Departamento de Estradas de Rodagem, nos valores que especifica.

A Mensagem encaminhada pelo Senhor Governador do Estado, justifica a medida proposta, argumentando que o Decreto número 3843, de 31/08/77, que deu nova estrutura administrativa ao DER, previu as duas Diretorias de cargos diretivos, com remuneração inferior aos fixados para as diretorias antes existentes. Tem portanto, a presente proposta o estabelecimento de remuneração igual aos cargos isolados de provimento em comissão de Diretor das várias Diretorias

integrantes da nova estrutura do Departamento de Estradas de Rodagem.

Constitucionalmente, a matéria é de competência exclusiva, quanto a sua iniciativa, do Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, face aos argumentos apresentados, opinamos favoravelmente ao Projeto de Lei número 124/77.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 124/77

Oriundo da Mensagem Governamental número 107/77, o presente Projeto de Lei número 124/77, tem por finalidade fixar os vencimentos dos cargos em comissão de Diretor Financeiro e de Diretor de Manutenção, do Departamento de Estradas de Rodagem, nos valores que especifica.

Sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando favoravelmente.

No âmbito desta Comissão de Finanças, temos que as alegações apresentadas por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, demonstram a oportunidade do estabelecimento da remuneração fixada, em decorrência da nova estrutura que sofreu aquele Departamento de Estradas de Rodagem.

A competência para tal fixação, como já salientou a douta Comissão de Constituição e Justiça, é a do Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, temos que a matéria está em condições de ser aprovada pelo Plenário, opinando-se favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1977.

(aa) ERONDY SILVERIO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — Relator

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei número 124/77

Previsto através do Decreto número 3843, de 31 de agosto de 1977, as Diretorias de que trata o presente projeto de lei tem remuneração sob a simbologia I-C, mas com vencimentos inferiores aos fixados para diretorias antes existentes naquele Departamento de Estradas de Rodagem.

Tendo em vista a nova estrutura daquele Departamento de Estradas de Rodagem, a motivação em estabelecer igual remuneração a cargos isolados de provimento em Comissão de suas Diretorias é cabimento lógico e matéria de exclusiva competência do Poder Executivo e nestas condições, pelos objetivos saneadores e de equidade do plano de lei em tela, nos convence a justiça humanística da iniciativa proposta a esta Comissão de Recursos Humanos dá seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 8 de novembro de 1977.

(aa) WILSON FORTES — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 127/77, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que denomina "Professora Benedita Rosá Rezende", a Unidade Escolar do Horto Florestal, da cidade de Londrina. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 127/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar de Professora Benedita Rosa Rezende, a unidade escolar construída no Horto Florestal na cidade de Londrina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

#### JUSTIFICATIVA:

Com o presente projeto de lei queremos reverenciar e homenagear a memória de uma ilustre mestra, que notabilizou-se pela dedicação ao magistério e ao nobre mister da alfabetização.

A professora Benedita Rosa Rezende, nasceu em 19 de julho de 1901, na cidade de Jaú, Estado de São Paulo, sendo filha do casal Dr. Eduardo da Silva Rosa e de Dona Maria Rosa Pereira.

Formou-se Professora Normalista pela Escola Normal de Campinas, em 1918, onde lecionou por 5 anos.

Em 1927, transferiu residência para a cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, tornando-se uma das suas fundadoras, e a pessoa que sugeriu o nome para a cidade cujo traçado viria a formar o Centro Urbano que hoje é conhecida como "Bandeirantes".

Em 1943, fixou residência na cidade de Londrina, onde iniciou a sua brilhante carreira no magistério paranaense, como regente da primeira série primária do Grupo Escolar "Hugo Simas". Especializada em alfabetização, exerceu essa nobre função por 25 anos ininterruptos no mesmo educandário, até a sua aposentadoria em 1968, com 67 anos de idade.

Casada com Alcides Alvim Rezende, deixou prole numerosa de 12 filhos, 6 dos quais professoras normalistas.

Faleceu na cidade de Londrina, em 04 de novembro de 1976, com a idade de 75 anos.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 127/77

O presente Projeto de Lei número 127/77, de autoria do nobre Deputado Dácio Leonel, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a denominar de Professora Benedita Rosa Rezende, a unidade escolar construída no Horto Florestal, na cidade de Londrina.

Pela justificativa apresentada, podemos avaliar que a homenagem que o autor pretende prestar se reveste da mais alta justiça, visando reverenciar a memória de uma personalidade que dedicou com amor, parte de sua existência, ao sagrado mister da educação na região norte do nosso Estado, principalmente, nos municípios de Londrina e Bandeirantes.

Sob o aspecto legal e constitucional não há o que impeça a sua tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WALDENICIO BARBALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 132/77, oriundo da Mensagem Governamental número 114/77, que trata do Orçamento Programa Anual do Estado Referente ao Exercício de 1978. Com parecer da Comissão de Orçamento e Emendas.

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTONIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhado em tempo hábil, o Orçamento Programa Anual para 1978 a esta Casa pelo Sr. Governador do Estado, foi objeto, durante sua tramitação na comissão própria do Orçamento, de acurado estudo por parte dos Srs. Deputados.

Aberto prazo para as emendas, verificou-se a apresentação de 24 delas, dentre as quais, apenas, duas mereceram acolhi-

mento pela Comissão referida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Se procurarmos analisar todo o Orçamento do Estado e suas implicações de âmbito social para o nosso povo, porque já o fizemos por ocasião da apresentação do nosso Parecer, rejeitado pela maioria arenista, desta Casa, como foram também as emendas a ele apresentadas.

Vimos a esta tribuna para justificar a apresentação de dois requerimentos, que obedecendo as determinações da resolução própria que trata da tramitação Orçamentária nesta Casa, pretende reativar algumas emendas rejeitadas pela Comissão de Orçamento, por sua maioria de membros pertencentes ao Governo. O primeiro deles, tem inicialmente a assinatura do Deputado Enéas Faria e pretende reativar de acordo com o artigo 7º da Resolução 17/77, as emendas números 10, 11 e 19, apresentadas ao Projeto de Lei número 132/77, que trata do Orçamento Geral do Estado, para o ano de 1978. Incluídas, ainda no mesmo requerimento as emendas números 4 e 20, de autoria do Deputado Accioly Neto, também referente ao mesmo Orçamento. As emendas de autoria do Deputado Eneás Faria, cuidam da supressão de artigos contidos na Lei Orçamentária, que viriam, caso aprovada, trazer para esta Casa a valorização que ela merece, pois estamos nos três artigos que se referem às três emendas, dando ao Poder Executivo, por antecipação, poderes para manusear o Orçamento não de acordo com as emendas com o seu plano mandado para esta Casa, mas dando-lhe oportunidade para manusear como bem entender, porque tem apenas um artigo a possibilidade de suplementar verbas até 30 por cento, sem autorização legislativa. O que não é bem verdade, com prévia autorização legislativa, esta é a verdade nua e crua.

Nós, Deputados, deveríamos para fazer sentir ao povo paranaense que esta Casa merece e precisa participar dos atos do Governo e da direção deste Estado, rejeitar a aprovação, não aprovar aqui os artigos referidos, porque com isto nós teríamos, Sr. Presidente, a verdadeira valorização do Poder Legislativo. E estranhamente comporta-se a bancada arenista, na Comissão de Orçamento, rejeitando estas emendas, quando o mesmo Partido, a mesma Aliança Renovadora Nacional orienta os seus Vereadores nos municípios em que o Prefeito é do MDB, para rejeitar esta prévia autorização legislativa, para poder então nestes municípios controlar e ver o Poder Legislativo realmente valorizado.

Nós teremos durante a discussão destas emendas, Sr. Presidente, oportunidade de trazer alguns pronunciamentos proferidos por Vereadores do Interior de nosso Estado, Vereadores da ARENA que, segundo eles, segundo estes pronunciamentos trazem em suas emendas ao Orçamento que foi lido a prévia autorização legislativa, uma verdadeira valorização do Poder. Quando nesta Casa, o Poder Maior do que o municipal, os Srs. Deputados da ARENA comportam-se exatamente ao contrário, do que orientam os seus liderados.

O outro requerimento é de nossa autoria também com apoio regimental e exigido pela Resolução número 17/67, pretende reativar as emendas 12, 13 e 16 que em várias partes do corpo orçamentário, inclui expressões como: "e outros; entre outros e etc." — Ao pretender suprimir essas expressões, nós entendemos que não estamos tirando a elasticidade de execução orçamentária, o que pretendemos apenas, é que não se deixe no orçamento, tanta válvula possível, para que o governo por exemplo: vá a outros municípios como foi à Maringá, neste final de semana, e lá assine convênio ou assine autorização para execução de uma estrada de Maringá-Santa Fé, que por mais que nós procuremos nos dois projetos orçamentários, nos dois programas de governo, tanto de 77 como 78, não consta de seu Plano de Obras, utiliza S. Exa. o Sr. Governador, de um expediente já useiro e vezeiro daqueles que não querem respeitar o Poder Legislativo, das palavras "entre outras e outras" e etc., ou ainda "e outras", inutilizando todo um traba-

olho de planejamento e até em desrespeito mesmo, aos seus planejadores da Secretaria de Planejamento do Estado, não apenas desta Casa.

Mas, Sr. Presidente, parece-me que ao abordar tema de importância como é o Orçamento do Estado, não podemos e não conseguimos chamar a atenção deste Plenário, que prefere discutir ardorosamente quem sabe, a primeira vitória do Coritiba no Campeonato Nacional; ou membros da bancada da ARENA que votarão maciçamente com o governo e com a orientação governamental, que preferem discutir comandos políticos mesmo sentados no Plenário, esquecendo-se da importância maior que é a tramitação da Lei Orçamentária.

A muitos, Srs. Deputados, não importa o que contém a Mensagem Governamental e nem mesmo a lei, a outros implica muito ficar a examinar números e projetos. No entanto, importa acima de tudo, a esta Casa saber agora, o que pretende o Governo fazer dentro do ano que vem.

Sabemos que 78 é o canto do cisne do atual governo, e o final de seu tempo e vamos analisar também, devagar, o que lega a este período governamental, o nosso Estado.

Tem o aparte, o Deputado Quielse.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Nobre Deputado Facci; vejo com satisfação o trabalho realizado por V. Exa. na pesquisa, e sei até mesmo, na orientação dos trabalhos com relação à revisão do Orçamento Geral do Estado e às proposições desta Casa de Leis, com relação a emendas que porventura advier.

Contudo, fui surpreendido, quando V. Exa. companheiro nosso, naquela região, Maringá, se referia à estrada que liga Maringá-Santa Fé, obra essa, que não constava das previsões orçamentárias do Plano de atribuição do Governo.

Só queria lembrar a V. Exa. que muitas vezes nós, parlamentares em governos anteriores, e sempre foi o tema principal deste Parlamento, com relação aos planos, aos Orçamentos dos Executivos anteriores, quando se previam obras e não eram executadas. Entendo que também deva ser a nossa preocupação, as especificações. Mas muito maior é e deve ser a nossa preocupação com relação aos benefícios. Aos benefícios que o povo recebe, constem ou não de planos de Governo. Porque entendo que mais importante seria a nossa intervenção se alguma coisa que fosse prevista no Orçamento não fosse cumprida. Do que esta, que nem mesmo sendo prevista está sendo executada.

Então, somente eu queria fazer um reparo no seu pronunciamento, entendendo mesmo que V. Exa. como parlamentar dos bem intencionados que eu tenho na região que militam em torno de Maringá, devamos, neste momento estar unidos para cumprimentar a S. Exa. o Sr. Governador do Estado que naturalmente o trabalho quem desenvolvendo em obras principalmente de pavimentação asfáltica, são mais acelerados do que propriamente o que se podia prever na execução quando da elaboração do plano orçamentário do Estado.

Quero pois, nobre companheiro do MDB da região de Maringá, concitar a V. Exa. para que conosco possamos também agradecer este Governo que não só aquilo que é previsto no Orçamento é executado. Mas até naquelas alíneas "e outras e outras", também se executam obras.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — O aparte de V. Exa., quem o ouve, talvez tenha até a impressão que nós havíamos combinado antes de vir para esta Casa, o que não é verdade porque eu não tive ainda o prazer de cumprimentá-lo no dia de hoje.

Mas, Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, o "ou outras" e "entre outras" é um engodo que esfacela todo o planejamento governamental. Quando V. Exa. diz que o Governo utiliza-se destes expedientes para construir "outras" estradas além do planejado, V. Exa. não está dizendo a verdade. Porque no Orçamento-Programa, no Plano de Obras de 1977, está aqui o plano

de lei, bonito até, bem encadernado, em sua página 338, constam "entre outras estradas": "Peabiru-Araruna, de novo, em 78, Peabiru-Araruna; Pérola-Xambrê-Umuarama, Pérola-Altônia, de novo em 78; e eu ainda ontem passei por esta estrada, não está asfaltada; e já estava no plano de obras.

E também: Floresta-Ubatuba-Dr. Camargo, consta em 77, nenhum palmo executado, consta em 78. E isto, entre outras, que fazem parte dois ou três anos do Plano de Obras daquele exercício. E aqui está o montante. Criticado por este Deputado em seu parecer, porque consideramos legais as emendas apresentadas incluindo outros trechos. Exatamente por este descumprimento do programa governamental. Quando alguns Srs. Deputados e entre estes, este que vos fala, apresentaram emendas para a inclusão de outros trechos no Orçamento do Estado.

Porque nós não estamos até pedindo para reativá-las, porque sabemos até de antemão o resultado das votações neste plenário. Mas aqui está previsto, Sr. Deputado, em 77, uma previsão de 1 bilhão, 550 milhões e 115 mil cruzeiros, para executar determinada obra. Obras constantes aqui, na página 337 e 338, da Proposta Orçamentária.

No entanto, estas mesmas obras vêm de novo para serem executadas e não diz se integralmente ou não, com mais um plano de obras previsto: 3 bilhões, 98 milhões e 520 mil cruzeiros. Aonde está então a ilegalidade das emendas apresentadas se não acresce e nem diminui? Vejam, Srs. Deputados, porque o Governo não cumpriu a programação anterior e não cumprirá esta. Tanto não cumprirá que na proposta Orçamentária não está inclusa Maringá-Santa Fé e ele assinou ontem um convênio, ou assinou autorização para a sua execução. Isto é descumprimento de lei. Bom, ele utiliza o "entre outras". Então, por que o planejamento governamental, porque o Sr. Belmiro Castor ter uma assessoria bem paga e o Sr. Líder do Governo hoje disse nesta Casa que a culpa dos pedidos de informações ao Poder Executivo não virem a esta Casa em tempo hábil não é da Secretaria de Estado; que o Governo não tem culpa alguma, que a culpa é da Casa que funciona mal e quem disse isso foi o Sr. Líder do Governo, e vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados — e estão aí as notas taquigráficas — vejam que nós, quando cobramos e apresentamos as emendas, o fazemos buscando valorizar o trabalho do Deputado Estadual.

Não deve nenhum Sr. Deputado levar sobre outro aspecto.

Fizemos, inclusive, um pedido de informações, quando aqui estava o Secretário de Transportes: Em que estado foram encontradas em janeiro de 1977, as estradas previstas para execução neste projeto e como elas estavam e porque constavam em outro Orçamento. Se não foram executadas, onde foram gastas as dotações orçamentárias previstas para aquela obra, e entre elas estão aqui Peabiru, Araruna, Umuarama, Altônia etc.

Se não foram executadas e havia recurso, onde foi gasto o recurso?

Em outras obras que politicamente fossem melhores e atendessem melhor? Então porque constavam aqui do Orçamento? Para que o Poder Legislativo fosse tido e havido como apenas um órgão a mais? Para que tivéssemos aqui tapetes vermelhos e viéssemos aqui passear? Não está certo.

O Executivo deve e precisa respeitar o Legislativo, porque aí está a igualdade e a harmonia dos Poderes.

Inicialmente permito um aparte ao Deputado Valter Pietrângelo.

O Sr. Valter Pietrângelo — Agradeço ao Deputado Facci por me conceder este aparte, e apenas queria registrar o seguinte, nobre Deputado: na realidade foi tão reduzida a atribuição, a competência, a força do Poder Legislativo ao analisar uma proposta orçamentária, que nós nem nos animamos a estudar o orçamento, e tentar nele propor as nossas emendas.

Este é um aspecto que V. Exa. realmente tem razão, quando afirmou que o Poder Legislativo realmente não pode.

Outro aspecto eminente Deputado, é que nós propusemos em nome da Comissão Especial que estuda o problema do menor carente no Estado do Paraná, por sugestão do Deputado Renato Bernardi, que foi acatada, inclusive, pelo Sr. Presidente dessa Comissão, o Deputado Ezequias Losso, propôs o Sr. Deputado Bernardi, que realizássemos um encontro com o Sr. Diretor do IAM e discutíssemos a parte orçamentária daquele instituto.

E, desse encontro muito amigável e muito produtivo, surgiram essas 3 emendas que giravam na ordem, me parece que de 11 milhões e 500 mil cruzeiros, destinados à instalação de 7 escritórios regionais do IAM para a instalação de um Departamento Especial de atendimento ao Menor Desamparado Excepcional e atendimento mais direto às Apaes, e convênio com a Legião da Boa Vontade para a instalação de escolas profissionais.

Essas emendas, Sr. Deputado, foram propostas em nome da Comissão.

E tivemos oportunidade de consultar, tecnicamente, a assessoria da Comissão de Orçamento, para que pudéssemos propor as emendas de uma forma que não as tornassem constitucionais.

Tanto é que a forma proposta não foi aquela que desejávamos: em vez de criarmos a importância, apenas criamos os títulos.

E os eminentes companheiros poderiam estranhar a ação com que não recorremos ao Plenário, para tentarmos aqui a aprovação dessas três emendas.

Foi exatamente a insensibilidade e subserviência da bancada da ARENA que integra a Comissão de Orçamento que nos levou a isso.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Ante-regimentalmente, o Sr. Deputado Valter Pietrângelo está proferindo agressões pessoais.

Acho que esses problemas pessoais devem ser resolvidos lá fora.

Porque não é possível continuarmos ouvindo essa marcha lenta dos discursos intermináveis do Sr. Deputado Valter Pietrângelo agredindo a todos nós; agredindo o Regimento; agredindo a Casa e agredindo, pessoalmente, a cada Parlamentar.

Eu, de minha parte, convido S. Exa. que as agressões pessoais acertemos lá fora.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente, é lamentável que um representante do povo venha a esta Casa agredir gratuitamente seus colegas.

Não posso aceitar — como integrante da bancada da ARENA — a pecha de subserviente.

Nunca fui subserviente em minha vida, a ninguém, talvez nem a Deus.

Sou homem independente em minhas atitudes, porque sei seguir, certo ou errado, a demagogia do bom senso.

Não aceito, absolutamente, e peço a V. Exa. que me exclua.

Se o restante da bancada aceitar a pecha de subserviente, que me exclua, porque eu não aceito.

Não vou devolver a S. Exa. o que ele disse, porque se o cachorro me morde o calcanhar, eu não vou morder o calcanhar do cachorro.

Portanto, não vou devolver a S. Exa. a mesma pecha, mas peço que me exclua, porque não sou subserviente a ninguém.

Era esta a consideração que queria fazer.

O SR. FUAD NACLI — Pela ordem, Sr. Presidente, pedimos a palavra, mas os nobres Deputados Quielse Crisóstomo e Erondy Silvério já o fizeram.

Mas, para que não ficasse em dúvidas as palavras do Sr. Deputado Valter Pietrângelo e dissesse quais os Deputados

da ARENA que são subservientes na Comissão de Orçamento.

Temos votado de acordo com nossa consciência; temos votado até com a bancada do MDB.

Agora, não aceitamos que a pecha que o Sr. Deputado Valter Pietrângelo quer nos imputar.

Peço a S. Exa. que meça suas palavras. Porque, se ele não tem senso de responsabilidade para chamar a sua bancada de irresponsável, queremos dizer que respeitamos a bancada do MDB, sempre a tratamos com todo respeito.

Portanto, queremos ser tratados da mesma forma.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

Somos modestos integrantes da valorosa bancada da ARENA e pedimos ao ilustre Deputado Valter Pietrângelo que retire a palavra "subserviente", que a mesma fosse expungida das notas taquigráficas.

Porque, existe um velho provérbio que diz: "cada um dá o que tem", e o Deputado Valter Pietrângelo não podia dar isso a seus colegas, porque sabemos que foram palavras impensadas.

Sabemos que S. Exa. não poderia dizer isso, ou melhor, não queria dizer isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência, com respaldo no Art. 151 do Regimento Interno, em seus Parágrafos, notadamente o que estatui o Parágrafo 5o. do Artigo 151, apela ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, que ao usar da palavra, procure manter-se regimentalmente, sem ofender a dignidade dos Srs. Parlamentares.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Antonio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Continua com o aparte o Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRANGELO — Sr. Presidente, primeiro, a nossa observação foi destinada, exclusivamente, aos Srs. Deputados da Arena que integram a Comissão de Orçamento.

E eu entendo, Sr. Presidente, que a não aceitação de três emendas com estas características, que nós tivemos o cuidado inclusive, de antes consultar a Assessoria Técnica da Comissão, fossem rejeitadas de uma forma tão brutal, Sr. Presidente.

E é por esta razão que nós entendemos esta falta de sensibilidade e a falta de permissão por parte do Sr. Governador, que os Deputados da Arena aprovassem estas 3 nossas emendas e outras, estas três principalmente, daí a razão de nós não recorrermos ao Plenário.

Se se rejeitam emendas que irão robustecer o Instituto de Assistência ao Menor, para combater o mais grave, o mais brutal e o mais vergonhoso problema do Paraná que é o menor abandonado, que é que posso pensar dos eminentes Deputados, Sr. Presidente?

Outro enfoque eminente Deputado Antônio Facci ...

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

Eu perguntaria ao Sr. Deputado, se o Sr. der a palavra..., Art. 151, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência informa ao Sr. Deputado Gabriel Manoel que o Sr. Deputado Valter Pietrângelo está falando em aparte concedido pelo orador que se encontra na tribuna.

E a Presidência confessa que neste aparte, S. Exa. segundo entende a Presidência, não ofendeu a dignidade dos Srs. Parlamentares.

Não se refere, notadamente, à primeira intervenção de S. Exa., mas à segunda intervenção.

E a Presidência apela ao bom senso dos Srs. Parlamentares, para que possa ter continuidade a sessão de forma a que o Sr. Deputado que se disponha a discutir a matéria da Ordem do Dia, possa fazê-lo.

O SR. VALTER PIETRANGELO — Obrigado, Sr. Presidente,

vou concluir.

Outro aspecto que quero deixar em ata é que jamais portei uma arma em toda a minha vida.

Sempre andei desarmado porque considero, entre os homens inteligentes, este instrumento como desnecessário.

E lamento, Sr. Presidente, que nesta Casa tenha que constar, em seus Anais, ameaça que recebi do eminente Deputado Quielise Crisóstomo e peço a V. Exa. que realmente faça constar dos Anais desta Casa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ANTÔNIO FACCI — Já lhe darei, Sr. Presidente, apenas antes de conceder o aparte ao nobre líder da Arena, eu quero solicitar a V. Exa. que desconte do meu tempo as constantes intervenções por questões de ordem da ilustre bancada da Arena, para que eu possa naturalmente, prosseguir na discussão presumivelmente técnica do Orçamento, para chegarmos pelo menos senão a uma solução, a uma elucidação total, mas que chegassemos, ao menos, a uma compreensão razoável do que pretendemos propor.

Tem o aparte o nobre líder da ARENA.

O SR. LUIZ ALBERTO SOARES — Eu também veria com muito agrado, que, V. Exa. se contivesse no seu tecnicismo, todavia, V. Exa. lamentavelmente está fazendo colocações de ordem política.

Eu, na verdade, não pretendia questionar e discutir o Orçamento, nesta data, reservando-me para as próximas discussões; mas me incumbe preliminarmente, dizer a V. Exa. que, se o objetivo de V. Exa. é me intrigar ou me indispor com a Mesa, V. Exa. não vai consegui-lo.

Eu, em nenhum momento disse que a Casa funcionava mal, apenas disse que, se os requerimentos não têm chegado em tempo hábil aos Senhores Secretários, e as suas respostas não têm chegado em tempo hábil à Assembléia, isto decorre de um problema interno, que provavelmente terá explicações de ordem burocrática, o que não significa, está longe de significar que a Casa não funciona bem.

V. Exa. sabe que a Constituição confere aos Senhores Secretários, 30 dias para responderem os Pedidos de Informações que a eles forem dirigidos, e, todos tem sido respondidos, dentro desse prazo.

Eu ainda reprovava a acusação que faz o nobre Deputado Valter Pietrângelo, de que, os membros da Comissão de Orçamento sejam subservientes, como absolutamente ilegítima.

E poderia responder que, alguns Deputados do MDB entre os quais o Deputado Valter Pietrângelo, seriam subservientes aos seus interesses eleitorais.

Na realidade, as emendas rejeitadas na Comissão de Orçamento o foram, por serem manifestamente inconstitucionais, inclusive, nobre Deputado, as suas.

V. Exa. sabe que a nossa Constituição, da mesma maneira que a Constituição Federal, é claríssima no sentido de estipular que "não será objeto de deliberação, a emenda que decorra aumento de despesa global, ou de cada órgão, Fundo, Projeto ou Programa, o que visa modificar no montante, a natureza do objetivo."

E exatamente fundado nesta disposição, e em outra, que tais emendas foram rejeitadas.

Sabe V. Exa. que a inconstitucionalidade pode decorrer por vulneração formal do que diz a Constituição, quanto pela vulneração material, e é pacífico na doutrina brasileira como direito pátrio, inclusive reconhecido pelos tribunais, de que, o Poder Executivo é o único árbitro das conveniências e das necessidades que lhe diz respeito.

Nós, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná como as demais Assembléias, como Congresso Nacional, não têm competência legal para legislar em matérias que sejam

de atribuição exclusiva do Poder Executivo.

Se isto está adequado, ou não, é uma discussão filosófica que eu aceitaria debater com V. Exa., em outra oportunidade, mas, do ponto de vista estritamente formal, do ponto de vista estritamente jurídico é perfeita a rejeição pela Comissão, de tais emendas, por conterem, elas, eivas incuráveis de inconstitucionalidade.

Digo ainda que, o Deputado Valter Pietrângelo faz uma acusação da maior injustiça à política desenvolvida pelo Governo do Estado, que diz respeito ao Menor.

O IAM é órgão, hoje, exemplar em todo o País, o que maiores recursos detém, comparado com outros órgãos similares de outras unidades federativas, e o seu Diretor, Dr. Milton Grein, desempenha um trabalho digno de elogios, sem nenhuma sabujice, ou subserviência, como quer às vezes nos imputar, o nobre Deputado.

Era esta a intervenção que eu queria fazer.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Eu agradeço o aparte de V. Exa., nobre Deputado e digo mesmo, que a fluência verbal dos conhecimentos jurídicos de V. Exa. encontra fórmulas de colocar, de maneira diferente, o que foi afirmado durante a intervenção, em Questão de Ordem, quando da presença do Sr. Secretário da Administração, nesta Casa; tanto, que, ao ouvi-lo afirmar que se as respostas demoram para chegar a esta Casa, a responsabilidade não é do Sr. Secretário, mas sim, da própria Casa, do próprio Poder Legislativo, eu estranhei a participação de V. Exa.

Mas a sua fertilidade de imaginação, a sua fluência verbal, eu já disse que é por demais conhecida por nós e elogiável, é capaz, perfeitamente, de vir e dar uma colocação inteiramente diferente daquela pretendida na oportunidade.

Quanto as emendas, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, que nós estamos requerendo que venham ao Plenário, eu gostaria, realmente, sem os conhecimentos jurídicos que V. Exa. tem, sem ser constitucionista, mas, um técnico, especialmente técnico; sou um curioso em Orçamento porque gosto de ler.

No entanto, as emendas que nós estamos pedindo para serem reativadas, de nos. 12, 13 e 16, se V. Exa. conseguir provar que elas são inconstitucionais, eu renuncio ao meu mandato.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu acho muito ...

O SR. ANTÔNIO FACCI — As emendas 12, 13 e 16 que nós estamos pedindo para serem ...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Quais são ...

O SR. ANTÔNIO FACCI — ... elas são, elas pretendem expungir do texto original, expressões como "e outras", "entre outras", que não traz nenhuma modificação de programa, Sr. Líder do Governo.

Elas trazem, isso sim, seriedade na execução do programa proposto a esta Casa; nós não estamos pretendendo, nessas emendas, nenhuma obra nova.

E, quando pretendemos nas emendas iniciais, V. Exa. pode até ter razão que o Deputado Valter Pietrângelo e outros Deputados, tenham procurado atender, politicamente, suas regiões, quando apresentaram emendas, e, eu as apresentei, como por exemplo a estrada de Iporá — Altônia; como por exemplo, o acesso rodoviário na Água Boa e outros municípios; como por exemplo, a construção de hospital na Cidade de Paissandu, elas são emendas que têm, realmente, cunho político.

Mas, veja V. Exa., que não tem nenhuma inconstitucionalidade mesmo, nessas emendas que estou solicitando que voltem ao Plenário.

Exatamente, igual colocação das emendas do Deputado Enéas Faria, nos. 10, 11 e 19, quando se refere ao texto da lei e, não, a dotações orçamentárias.

Por isso, Sr. Líder, a nossa posição, hoje, nesta tribuna, é para discutir e falar sobre orçamento; e discutir a forma até, de



se apresentar esta lei nesta Casa, como, quem sabe, o preâmbulo de um projeto que deveremos apresentar amanhã ou depois, assim que estiver anotado, para que esta Casa deixe de receber essa pecha de não estar aparelhada para acompanhar a execução orçamentária.

Nós teremos toda, estamos tendo, desde o início de nossa participação como Deputado, a preocupação com execução orçamentária, tanto que a maioria de nossos requerimentos se referem a isso.

**O Sr. Luiz Roberto Soares** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Eu, talvez, não tenha sido excessivamente claro, mas o que eu, realmente, pretendi dizer, é que quase todas as emendas eram inconstitucionais. Evidentemente, que retirar do texto a expressão "e outras", daria margem à discussão que eu, realmente, não me considero, neste momento, habilitado a fazer, porque exigiria melhor estudo. Todavia, julgamos que a manutenção da expressão "e outras", fornece e confere ao Poder Executivo, maior maleabilidade no uso de seus recursos. É apenas, uma conveniência administrativa, que nós consideramos necessária, a manutenção de tais expressões. Eu, não arriscaria a questionar a validade constitucional ou jurídica da retirada dessa expressão, muito embora, talvez, até fosse possível mas, digo a V. Exa., com a maior sinceridade, que me falecem, neste momento, maiores informações para dimensioná-lo devidamente. Todavia a orientação que a Comissão de Orçamento resolveu adotar, era, exatamente, para que se permitisse maior flexibilidade...

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — É o terceiro ano que ouvimos as mesmas expressões.

**O Sr. Luiz Roberto Soares** — E V. Exa. vai ouvir a vida inteira. É um fato contingente a qualquer administração.

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — O que não se pode permitir, Deputado Luiz Roberto Soares, é que se deixe de executar obras constantes do orçamento e se utilize "e outras" para fazer estradas e não aquelas constantes da programação. É esta a condição e a colocação que nos fazíamos. Porque, então, como é que se pode...

**O Sr. Luiz Roberto Soares** — Do ponto de vista teórico, é possível que V. Exa. tenha razão; do ponto de vista prático, nem sempre é possível. É possível que uma estrada constante do programa, passe a não ter a prioridade que uma outra, não constante, tenha num Estado extremamente mutável como é o Paraná, sujeito a variações cíclicas muito rápidas, é perfeitamente normal que isso ocorra e já ocorreu tantas vezes. Eu realmente acredito que o administrador tem que estar aparelhado e instrumentado legalmente para decidir pela opção que considera mais positiva num elenco de alternativas.

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Sr. Deputado, eu admito mesmo que esta preocupação prende-se ao fato das falhas que se tem e da incerteza do planejamento governamental, transformando, portanto, este projeto neste plano de lei, neste plano de obras junto ao Orçamento, naquilo que o Deputado Deni Schwartz muito bem coloca, apenas uma lista de intenções.

Quanto às emendas do Deputado Valter Pietrângelo, e do Deputado Muggiati Filho, ela não mudou e nem procurava mudar dotações orçamentárias. No entanto, ele procurava programar uma atividade que no próprio Orçamento, vem dito aqui, atendimento a projetos de lei a atividades especiais. E no seu enunciado programado, ele deixa uma válvula para que isto aconteça, para que os Srs. Deputados possam programar. Tanto que ele diz aqui: Atender através de acordo financeiro, os projetos e atividades que apresentem no decorrer do exercício financeiro, insuficiência de recursos ou cujas despesas não foram previstas na programação de diversos órgãos estaduais, é que os Srs. Deputados programaram esta dotação que não é pequena. São 139 milhões e novecentos mil cruzeiros, que mais à frente, no seu enunciado programático ainda, diz: E das subvenções assistenciais e doações financeiras.

Quem pode garantir que o Sr. Governador, ao utilizar esta dotação de 139 milhões e 900 mil cruzeiros, não utilize apenas aquele enunciado — assistenciais e doações financeiras. Portanto, Srs. Deputados, são colocações de alta indagação, que eu, que não sou especialista, não posso definir, ao pé da letra, estas expressões.

A verdade é que nós estamos aqui, quem sabe, a chover no molhado. Mas eu ainda prefiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para encerrar, que utilizar a expressão e o modo de pensar do nosso grande líder nacional, Franco Montoro. Diz ele: Que nós precisamos usar da democracia que temos, para chegar ao que queremos.

E nós precisamos, este Poder Legislativo, usar da pequena força que ainda temos, para, quem sabe, chegar à independência que pretendemos.

**O Sr. Jorge Sato** — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento) Acompanhei atentamente o raciocínio de V. Exa., naturalmente em defesa do parecer que apresentou perante a Comissão, parecer este rejeitado pela maioria. Analisei a crítica que V. Exa. faz em termos do Governador ter utilizado, quando da sua estada em Maringá, a licitação, o início das obras...

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Nobre Deputado, permita-me, não critiquei a autorização da obra. Critiquei a falta de planejamento governamental.

**O Sr. Jorge Sato** — Nobre Deputado, V. Exa., ao analisar e criticar o Governador em ter feito já a concorrência e assinado, lá em Maringá, quando de seu deslocamento neste final de semana, o fez graças à possibilidade, onde critica V. Exa. nessa expressão que deu condições ao Sr. Governador, naturalmente, alterando alguma programação que não tinha sido possível executá-la, e eu citarei alguns exemplos em nossa região, também citados aqui por V. Exa., Camargo, Ubatuba, Floresta, que o projeto demorou-se muito, o projeto final para o início dessas obras, inclusive o projeto que V. Exa. acompanhou e eu também tenho acompanhado, porque houve solicitação dos residentes daquela região, que seriam prejudicados na construção de suas estradas, pedindo que fosse feito um novo reestudo do leito da estrada, para que não ficassem mais comprometidos...

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Aliás, Sr. Deputado, continuando com a possibilidade do diálogo, em uma das estradas finais, nós ouvimos realmente na sede do município, que se conhecia as propriedades dos cabos eleitorais da Arena ou dos homens influentes da Arena, pelas curvas das estradas. Quando a estrada fazia curva exatamente com a divisa do lote que era propriedade da Arena.

**O Sr. Jorge Sato** — E apenas inclusive encurtaria o trajeto dessa rodovia e o Estado teria que investir menos com essa correção, e daria um tráfego melhor.

Em relação à manifestação que eu considero infeliz do meu amigo Deputado Valter Pietrângelo...

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Sr. Deputado, se me permite... eu entendo até que muito mais infeliz do que a acusação ou a violência verbal do Deputado Pietrângelo, foi a ameaça que S. Exa. sofreu, do Deputado Quielise Crisóstomo.

**O Sr. Jorge Sato** — Deputado Antônio Facci. Eu dizia infeliz mesmo, porque chamou os demais membros da Comissão de Orçamento, de subservientes.

Mas há de convir V. Exa., que no seu parecer rejeitado, pela Comissão, também V. Exa. rejeitava algumas emendas...

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Sr. Deputado, não houve rejeição em meu parecer, em nenhuma delas.

**O Sr. Jorge Sato** — V. Exa. na elaboração de seu parecer, daria um parecer contrário em relação a algumas emendas que eram consideradas realmente de caráter público.

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Isso não está no parecer.

**O Sr. Jorge Sato** — Bom, eu não acompanhei atentamente, mesmo porque discutimos mais, o parecer apresentado



pelo relator Egon Pudell.

De maneira que esta expressão "subserviência" me permita e me perdoe o Deputado Valter Pietrângelo, talvez, tenha saído assim, de uma mágoa, em não ter sido aprovada a sua emenda, em relação aliás, emenda meritória, não se pode negar, mas que, a maioria da bancada da Arena não achou conveniente sua aprovação perante aquela Comissão.

No entanto, não está impedido de que estas emendas voltem a plenário na sessão de amanhã, com o apoio de outros Srs. Deputados, para que em termos de Plenário, seja debatido e votado.

Quero justificar então, e agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu dizendo que não poderia jamais aceitar a expressão "subserviência" do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Não tenho, efetivamente, procuração do Deputado Pietrângelo para defendê-lo, no entanto, sei perfeitamente que S. Exa. não pretendeu agredir como foi a manifestação geral da bancada.

Tem o aparte o Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Deputado Antônio Facci.

V. Exa. esteve no dia oito, faz parte da Comissão de Orçamento, junto com os nobres Deputados que representam esta bancada, Deni Schwartz e Domício Scaramella, com o respeito que sempre tratamos, estivemos com o vosso relator do MDB, e com o relator Egon Pudell, sabe perfeitamente V. Exa. sem a pretensão de querermos ser aqui bajulador, nem a V. Exa. nem a algum dos Srs. Deputados, V. Exa. foi um dos Deputados que mais discutiu na Comissão junto com o Deputado Deni Schwartz, com referência às emendas. E foi até às tantas horas. Entre elas, nós não queremos estender aqui, as discussões havidas nas Comissões, havia dois pareceres: um do nobre Deputado que se encontra na tribuna e outro do Deputado que não se encontra presente, Deputado Egon Pudell. Nós votamos com o relator, e que encontrava duas emendas do ilustre representante de Paranaíba, e que nós achávamos, não desconhecemos que deveria constar da emenda do Deputado Egon Pudell, mais uma emenda que estava no vosso relatório.

Mas, como conhecemos há muitos anos e sempre respeitamos a todos desta Casa, principalmente o Deputado Pietrângelo, que hoje deu assim à Comissão de Orçamento que é presidida pelo Deputado Jorge Sato, que é da sua região, da sua terra; eu acho que a agressão que o nobre Deputado fez, principalmente à Comissão de Orçamento, aos membros da Arena, que não estão aqui. O Deputado Egon Pudell - eu não estou autorizado em seu nome, mas em meu nome quero dizer que não vou aceitar, de forma alguma, eu não acredito que ele tenha dito de coração. E ele sabe perfeitamente que sua emenda, que foi defendida pelo ilustre e nobre Deputado que está nesta tribuna, como as outras emendas, e entre elas nós já dissemos que não queríamos discutir aqui em "em outras" porque foi uma das mais prolongadas discussões que houve no Orçamento. Mas eu acredito que o nobre Deputado da bancada, dá a entender que parece que a estrada que o Governador anunciou em Maringá, deu assim um ensejo para que o Deputado se revoltasse contra isso.

Mas, naquela oportunidade, no dia oito, dissemos aos representantes do MDB e à Comissão, que se fazia presente, que era um meio, que às vezes havia oportunidade para que o Governo tivesse condições para dar àquelas estradas que não estivessem no Orçamento, condições para que ele pudesse abrir concorrência.

Foi o que aconteceu agora, em Maringá.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Desde que ele tivesse terminado a programação ou pelo menos programado integralmente o contante no Orçamento, nobre Deputado.

O SR. FUAD NACLI — Agora, queremos dizer aqui ainda, que o Orçamento poderá ser discutido mas com certo respeito.

E não vejo razão para que a emenda do ilustre Deputado Pietrângelo, V. Exa. sabe perfeitamente que o Orçamento não pode ser emendado, onde se aumenta as despesas. V. Exa. mesmo reconhece, como representante que é de Maringá, e amigo do Deputado Pietrângelo. Nós não poderíamos ficar calados quando ouvimos pela primeira vez o aparte, foi para não concordar. E voltamos novamente, para dizer que o avulso do parecer, V. Exa. sabe perfeitamente que nós não deixamos de votar em duas emendas que são importantíssimas, que nós achamos.

E não é por isso que nós podemos votar aqui em Plenário. E dessa forma que a bancada está nos tratando, eu acho que nós precisamos procurar tratar de uma outra maneira daqui para a frente. Porque o que nós estamos vendo é que os Srs. não aceitam nada. Tudo é feito contrário à vontade dos Senhores.

Faz uma estrada, é contra; se não faz, é contra. Eu não entendo o que os Srs. querem mais. Não posso mais entender. Criticam o Governo; se o Governo faz a estrada, se critica; se não faz, critica. Se o Governo vai ao interior estão criticando o Governo; se o Governo não vai, também criticam.

É isso que eu teria a dizer.

Meu muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Deputado, o aparte me parece que veio tão emocionado, quanto à intervenção do Deputado Quielse.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, pediria verificação de quorum, porque me parece que não há, para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência, respeitando o eminente Deputado que está na tribuna, e visualizando a presença de 18 Deputados, portanto há quorum para discutir a matéria, aguardará tão somente que S. Exa. cumpra o horário na tribuna, faltando-se ainda 6 minutos para discutir a matéria, e em seguida atenderá o que em questão de ordem o Sr. Deputado Lúcio Machado requereu.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Mas eu dizia, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, que a intervenção do nobre Deputado Fuad Nacli foi deveras apaixonada. Ninguém criticou o fato de se construir a estrada Maringá-Santa Fé, que está sendo exigida a luta por esta estrada de longo tempo. No entanto, o que se critica, o que se discute nesta oportunidade, Sr. Deputado, é a elaboração do Programa Governamental. Programa que tem que ser elaborado, é elaborado por técnicos regamente pagos. Por gente que pode, perfeitamente, dentro do que o Governador pretende, fazer uma programação, colocá-la no papel e ele a colocou. Não podem, estes mesmos técnicos, não poderemos nós Deputados, aceitar passivamente a mudança desta programação, sem que nós nos insurgíssemos contra isso, porque é decretar definitivamente a falência do Poder Legislativo, com o que nós não concordamos.

Já disse que pretendemos utilizar durante o nosso mandato esta filosofia de Franco Montoro. Ele disse que nós temos que utilizar da democracia que temos para chegar ao que queremos. E nós aqui neste Parlamento temos procurado utilizar o pequeno poder que ainda nos resta, para chegar à independência tão desejada por todos os parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o projeto de Lei no. 132/77. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Antes porém, a Presidência vai atender o que em questão de ordem requereu o Deputado Lúcio Machado e, regimentalmente, depois de advertir os Srs. Deputados que porventura se encontrem no prédio, solicitará que o Sr. 1.º Secretário faça a chamada nominal para constatação de quorum.

(Soam os tímpanos)

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada 27 Srs. Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei número 132/77.

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Pedi a palavra para discutir a proposta orçamentária. Mas, apenas pretendo prestar, brevemente, alguns esclarecimentos.

Primeiramente, desejo cumprimentar o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares pela colocação que fez dos termos que usamos ao extravasar a nossa revolta pela rejeição das três emendas que propusemos em nome da Comissão Especial que analisa o problema do menor.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é claro que somos subservientes. A diferença é que nossa subserviência procura sempre ficar do lado dos interesses públicos.

Discordar, Sr. Presidente, da pecha de inconstitucionalidade das nossas emendas, absolutamente, não aceitamos. Entendemos que, da forma como as três emendas foram propostas, poderiam merecer, perfeitamente, o amparo legal.

A outra colocação, Srs. Deputados, e quero esclarecer, alto e bom som, que, absolutamente, não tenho nada de pessoal contra qualquer Sr. Deputado. Não tenho, nunca tive e tenho certeza que jamais terei. Nem mesmo, Sr. Presidente, tenho alguma coisa de pessoal contra o Sr. Deputado Quielse Crisóstomo. Se ele entende dessa forma algumas críticas que fizemos envolvendo sua pessoa, absolutamente não existe nisso nada mesmo de pessoal.

O SR. JURANDIR MESSIAS (Pela ordem). — Pedindo vênio ao Deputado Valter Pietrângelo por ter interrompido o seu pronunciamento, mas, Sr. Presidente quando da chamada nominal, me parece que não foi constatada a presença do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo. E, com a sua presença, completáramos o número legal de 28 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência leva em consideração a questão de ordem de V. Exa., eminente Deputado Jurandir Messias, e como há quorum para discussão da matéria, a Presidência verificará a constatação de quorum por ocasião da votação da matéria. E agradece a V. Exa.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Como nós dizíamos, Sr. Presidente, durante os dois primeiros anos de mandato nesta Casa, nós sempre tivemos um relacionamento muito fraterno com o nobre Deputado Quielse Crisóstomo. Inclusive, sempre tivemos o Sr. Deputado na lista dos amigos mais de perto.

Se, Sr. Presidente, surgiram problemas neste nosso relacionamento, ele já foi explicado nesta Casa e, mais uma vez nós enfatizamos, prende-se, exclusivamente, a atitudes administrativas do Sr. Primeiro Secretário. Apenas atitudes na administração da Casa, porque o Sr. Quielse, como Primeiro Secretário, é o Superintendente desta Assembléia. E, evidentemente, temos plenos direitos de não concordarmos com certas atitudes do nobre parlamentar. Pessoal, absolutamente, jamais haverá alguma coisa contra o Deputado Erondy Silvério, contra qualquer Deputado, contra os nobres Deputados integrantes da Comissão de Orçamento.

Deixamos de enfatizar o que gerou o nosso protesto pela rejeição das emendas, porque já dissemos aqui no aparte e não nos cabe repetir, é completamente desnecessário. Apenas ressaltar o aspecto de que vimos, na nossa emenda, possibilidade de amparo legal e cremos que elas teriam, mas, evidentemente, foi aquele radicalismo que caracterizou a atitude dos Deputados da ARENA que compõem a Comissão que analisa o orçamento deste Poder.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu devo enfatizar que jamais aceitei convites como aquele formulado pelo Deputado Quielse Crisóstomo. A minha formação simplesmente não per-

mite isto. Não há nesta postura nossa, o mínimo sentimento de covardia. Absolutamente. O que existe é uma questão de princípios, o modo de se enfocarem as coisas.

E até lamento profundamente que o Sr. Deputado Quielse Crisóstomo veja, neste tipo de atitude, tão arcaica, tão brutal, tão antiga e estúpida, maneira correta de se resolver problemas. Devo enfatizar que sempre fui um homem de enfrentar qualquer parada sem armas, inclusive, como pessoa inteligente, adulta e que sabe que um dia vai ter efetivamente que morrer, como qualquer ser humano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o Projeto de Lei número 132/77. Encerrada a discussão.

A Presidência comunica que sobre a mesa se encontram dois requerimentos:

Um assinado pelo Sr. Deputado Enéas Faria, no seguinte teor: (Lê):

“Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e de acordo com o artigo 7º, da Resolução número 17/67, requerem a apreciação pelo Plenário, das emendas números 10, 11 e 19, apresentadas ao Projeto de Lei número 132/77, Orçamento Geral do Estado, que receberam parecer contrário na Comissão de Orçamento, bem como as Emendas de número 4 (quatro) e 20 (vinte).

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

APOIAMENTOS: Antônio Facci, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Hélio Manfrinato, Domício Scaramella, Osvaldo Macedo, Waldenício Barbalho, Del Ciel, Muggiati Filho, Deni Schwartz, Accioly Neto, Lúcio Machado, Lineu Turra, Valter Pietrângelo, Maurício Fruet, Otássio Pereira, Nelson Buffara.”

Também o requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, com o apoioamento regimental, nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e de acordo com o artigo 7º, da Resolução número 17/67, requerem a apreciação pelo Plenário da Casa, das emendas números 12, 13 e 16, apresentadas ao Projeto de Lei número 132/77, Orçamento Geral do Estado, que receberam parecer contrário na Comissão de Orçamento.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

APOIAMENTOS: Enéas Faria, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Hélio Manfrinato, Domício Scaramella, Otássio Pereira, Waldenício Barbalho, Del Ciel, Muggiati Filho, Deni Schwartz, Nelson Buffara, Accioly Neto, Lúcio Machado, Lineu Turra, Valter Pietrângelo, Maurício Fruet, Osvaldo Macedo.”

Estando ambas apoiadas, determino que sejam apenas ao projeto de lei, e serão objeto de discussão e votação no turno de segunda discussão.

Em votação o Projeto de Lei número 132/77. — APROVADO, ressalvadas as Emendas apresentadas.

O SR. TRAJANO BASTOS (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deferir e colocará em votação a matéria, em ordem inversa. Em votação o Projeto de Lei número 132/77. — (Pausa). 24 Srs. Deputados aprovam, 2 rejeitam.

Hão há quorum para deliberação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deferir.

O SR. 1º — SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados). — (Pausa).

Vinte e oito Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Há quorum para deliberação.

Em votação o Projeto de Lei número 132/77. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 134/77, de autoria do Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a Sociedade “Sverdi — Propagação e Cultura”, com sede na cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da CCJ., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — APROVADO, pelo Substitutivo Geral.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 134/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade “Sverdi — Propagação e Cultura”, com sede na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1977.

(a) DAVID FEDERMANN

#### JUSTIFICATIVA:

A sociedade tem caráter educativo, cultural, assistencial e beneficente, com o qual pretende servir ao bem comum promovendo o homem através da instrução e educação da juventude, do desenvolvimento das ciências e da agropecuária, bem como da beneficência e das obras filantrópicas em geral. Propõe-se, de modo especial, na medida de suas possibilidades: favorecer a instrução da juventude, fundando e dirigindo escolas, ginásios, colégios, academias e seminários, para alunos oriundos de famílias pobres, promover a formação superior, auxiliado pela agropecuária e pelo ensino profissional.

Os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública se encontram preenchidos, razão pela qual, apresentamos o presente projeto de lei, que por certo receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 134/77

De autoria do nobre Deputado David Federmann, tem por objetivo o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Sociedade Sverdi — Propagação e Cultura, com sede na cidade de Ponta Grossa.

Do exame dos Estatutos anexos, verifica-se que a aludida entidade tem sua sede nesta Capital.

Os demais requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual e federal para que a mesma seja declarada de utilidade pública estão preenchidos.

Desta forma, nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo ao Projeto de Lei número 134/77

Art. 1º — Fica declara de utilidade pública a “Sociedade Sverdi — Propagação e Cultura”, com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sal das Comissões, em

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 137/77, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o “Centro de Promoção Humana São Benedito Ceprhusb”, com sede na cidade de Apucarana, neste Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 137/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Centro de Promoção Humana São Benedito — CEPRHUSB, com sede em Apucarana, neste Estado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

Inegavelmente, a entidade acima presta relevantes serviços à comunidade de Apucarana na esfera da assistência social, fazendo-o desinteressadamente. Pela documentação apresentada, verifica-se que a mesma preenche todos os requisitos exigidos pela legislação estadual e federal pertinente à matéria, razão porque submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 137/77

Do exame dos documentos de fls. 2 “usque” 7 do processo, e da declaração do autor do presente projeto, ressaltando que a “entidade acima presta relevantes serviços à comunidade de Apucarana na esfera da assistência social”, verifico preenchidos os requisitos legais necessários à pretensão do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MUGGIATI FILHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 138/77, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o “Serviço de Obras Sociais — SOS” de Apucarana. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 138/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o “Serviço e Obras Sociais — SOS”, com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual e federal, reguladora da matéria.

Os serviços que vem prestando junto à comunidade de Apucarana, vem comprovar a sua capacidade para que o poder público a reconheça como de utilidade pública e assim possa auferir as regalias legais.

A documentação que anexamos ao presente, justificam plenamente o que ora propomos, e que temos a certeza, contará com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 138/77

O presente Projeto de Lei número 138/77, de autoria do

nobre Deputado Gilberto Carvalho, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Serviço e Obras Sociais - SOS", com sede e foro na cidade de Apucarana.

Analisando-se o processo, a justificativa apresentada e a documentação que acompanha o projeto, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO - Presidente

FABIANO BRAGA CORTES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei número 139/77, de autoria do Deputado Aragão de Mattos Leão, que declara de utilidade pública o "Lar Escola Retiro Feliz", com sede e foro na cidade de Guarapuava. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. - APROVADO.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 139/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o "Lar Escola Retiro Feliz", com sede e foro na cidade de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1977.

(a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende, com o presente projeto de lei, seja reconhecida de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços à comunidade de Guarapuava, no campo da assistência social. Tais serviços já mereceram o reconhecimento público municipal, através da Lei número 16/77.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam estarem preenchidas todas as exigências legais previstas pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Com isso esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 139/77

Do exame da certidão do registro da referida entidade, lavrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Guarapuava; do exame da "Declaração", constante de fls. 6 dos autos; e da declaração do autor do projeto, que põe em relevo os serviços prestados pela entidade ao Município de Guarapuava, verifico preenchidos os requisitos legais necessários à pretensão do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO - Presidente

MUGGIATI FILHO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei número 140/77, de autoria do Deputado Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Maringá", com sede na cidade de Maringá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. - APROVADO.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 140/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Maringá", com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1977.

(a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços no campo da filantropia e da assistência social junto à comunidade de Maringá.

O relatório das atividades sociais que anexamos ao presente, nos dão conta dos inúmeros serviços que vêm sendo prestados em prol dos menos favorecidos.

Assim sendo, justo portanto, que a Associação mereça o reconhecimento público, já que no aspecto legal, possui todas as condições exigidas pela legislação federal e estadual pertinentes à matéria, conforme a documentação que junto ao presente encaminhamos.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 140/77

O presente projeto de lei número 140/77, de autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Maringá", com sede e foro naquela cidade.

Analisando-se o processo através da justificativa apresentada pelo seu autor e a documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO - Presidente

FABIANO BRAGA CORTES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução número 256/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 67/77, ex-Proposição número 389/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cianorte, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. - APROVADO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução número 310/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 502/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Lupionópolis, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Machado de Assis e Carlos Gomes. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. - APROVADO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução número 320/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 18/77, ex-Proposição número 179/77, aprova termo de ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Coioerê, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana, no referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. - APROVADO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução número 321/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 29/77, ex-Proposição número 187/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Jandaria do Sul, objetivando execução de obras de combate

à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 340/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 65/77, ex-Proposição número 387/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Araruna, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 357/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 505/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Andirá, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Stella Maris. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 360/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 510/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Jaguapitã, objetivando execução de obras de reparos no prédio da Escola de Aplicação Nilson Ribas, da sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 361/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 113/77, ex-Proposição número 515/77, aprova o termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rancho Alegre, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 113/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a Proposição número 520/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem, no dia 15 último, do 107º aniversário de emancipação política do Município de Rio Negro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 107º aniversário de emancipação política do Município de Rio Negro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 142/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de sugestão, no sentido de que seja, através do envio de Mensagem Governamental a esta Casa, autorizada a doação ao Município de Campo Largo, do imóvel pertencente ao Governo do Estado, constituído de uma área de terra, cedido ao Ministério da Agricultura, onde funcionou entre 1940 a 1960, a estação de enologia da EMBRAPA. — APROVADO.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está V. Exa. com a palavra.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende o Sr. Deputado Líder e colocará a matéria em votação, de forma inversa. Em votação o requerimento do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa). — 14 Srs. Deputados aprovam. 2 Srs. Deputados se abstiveram de votar. Não há quorum para deliberação.

Para falar em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulín.

O SR. ALFREDO GULÍN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. “Participamos nos últimos dias 13 e 14, das comemorações do Jubileu de Prata de Cascavel, a progressista metrópole do Oeste paranaense.

As comemorações foram abrilhantadas pela presença do Governador Jayme Canet Júnior e de seu Secretariado e assinalaram o vulto do crescimento daquela cidade que, aos 25 anos, se afirma como um dos polos regionais do Paraná.

Cascavel se situa na privilegiada conjunção de rotas comerciais que ligam o território paranaense à sua fronteira com o Oeste, que vinculam o Centro-Oeste com o Oeste fronteiriço, que unem o Sudoeste ao Oeste. Mais que isso, é a porta de entrada da mais fértil região de colonização recente — o pujante Oeste Paranaense.

Por isso, ela cresceu com a velocidade das cidades marcadas para o destaque: chega aos 25 anos com 110 mil habitantes; um parque industrial em expansão e uma liderança regional consolidada.

Seu Prefeito atual, JACY SCANAGATTA, é um administrador eficiente, saído dos quadros empresariais, e que se entrosou definitivamente com o atual governo, não só estadual como Governo Federal, sintonizando com eles no sentido de oferecer aos membros da comunidade cascavelense, um incremento progressista dirigido em todos os sentidos, não se esquecendo de uma só área, mostrando estar consciente de que é através do progresso e desenvolvimento que se chega à independência política e econômica, e como consequência natural à solução dos problemas sociais de uma população.

A esse espírito dinâmico o nosso Governador Jayme Canet Júnior tem dado vigoroso apoio, tanto que durante as festividades alusivas ao Jubileu de Prata de Cascavel, o Prefeito Cascavelense brindou a cidade, no seu aniversário, com um quadro de obras públicas importantes em que destaco:

- 1 — Inauguração do Aeroporto.
- 2 — Inauguração do CEMIC (IAM).
- 3 — Inauguração da Substação da COPEL.
- 4 — Inauguração de Unidades Escolares.
- 5 — Inauguração do Laboratório de Análises de Sementes (COPAVEL).
- 6 — Inauguração do Posto de Serviço da TELEPAR.
- 7 — Inauguração de Rede Elétrica para Santa Maria e Passo Goes.
- 8 — Inauguração do Posto de Serviço da TELEPAR e Unidade Escolar em Santa Teresa.
- 9 — Inauguração da Unidade Polivalente.
- 10 — Inauguração da Praça Migrante e acesso da Avenida à BR-277.

Ao concluir, devo dizer que a região do Oeste do Paraná, centralizada em Cascavel, é hoje o celeiro da soja e do trigo, produzindo cerca de 42 por cento do total dessas culturas no torno de uma rede de cooperativas singulares integradas na CO-TRIGUAÇU, a grande cooperativa central paranaense.

A cooperativa da sede metropolitana COPAVEL, inaugurou seu centro administrativo na data festiva do município. O imóvel perfeitamente dotado para as tarefas de gerência cooperativa, possui até computador eletrônico, o que atesta o grau de

desenvolvimento da agropecuária cascavelense.

Por todos esses destaques, quero render da tribuna desta Casa, as homenagens do Poder Legislativo ao ativo povo e autoridades de Cascavel, em seu Jubileu de Prata."

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Alfredo Gulin. Desejo cumprimentá-lo e me associar à manifestação de V. Exa. em regozijo à passagem do vigésimo quinto aniversário do progressista município de Cascavel, e a certeza de que esta sua mensagem de fé, de entusiasmo, servirá para que outros municípios se sintam também incentivados a trabalhar com o mesmo dinamismo, com o mesmo esforço que aquela cidade.

Era o aparte.

O SR. ALFREDO GULIN — Muito obrigado. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência antes de encerrar a presente sessão, considerando que não há "quorum" para discutir a matéria sequer, lembra aos Srs. Deputados, 1o.:— que amanhã às 9,30 horas reunir-se-á na Sala das Comissões, a Comissão Especial que analisa as causas do esvaziamento da economia paranaense e o ouvirá o depoimento do Sr. Anibal Bianchini da Rocha, da área de produtores de café.

É também membro da Junta Consultiva do IBC, e Presidente do Sindicato dos Proprietários Rurais de Maringá, e, segundo a Presidência lembra aos Srs. Deputados que amanhã, às 15,00 horas, realizará neste Plenário, sessão solene destinada ao outorga de título de Cidadania Honorária do Paraná, ao Exmo. Sr. Professor Ernani Simas Alves, encarece a presença dos Srs. Deputados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão solene para amanhã, dia 17, quinta-feira, às 15,00 horas.

Marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 314, 315, 316, 317, 318, 319, 323, 324, 325 e 326/77.  
DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 520/77.

Levanta-se a sessão.

#### Decretos Legislativos:

##### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 688/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10426, de 20 de outubro de 1.977, deste Poder,

##### RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei no. 6174, de 16/11/70, em favor de GERSON EVANGELISTA PASSOS, matrícula no. 336, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de (01) um ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio compreendido entre 23 de julho de 1.965 a 23 de outubro de 1.974, antecipado em razão das férias de 1.969 (quinze dias), 1.970, 1.951, 1.972 e 1.973, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de novembro de 1.977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 689/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10433, de 20 de outubro de 1.977, deste Poder,

##### RESOLVE:

atribuir, a SEBASTIÃO CORDEIRO DOS SANTOS, ora à disposição deste Poder, a função 5-F, de Motorista, do Gabinete da 1a. Secretaria, no período compreendido entre 21 de outubro a 31 de dezembro de 1.977.

Palácio "Dezenove de dezembro", em 16 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente,

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 690/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10428, de 20 de outubro de 1.977, deste Poder,

##### RESOLVE:

designar o funcionário HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO, matrícula no. 418, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para responder pela Chefia do Serviço de Cerimonial, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, enquanto perdurar o afastamento do titular.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 691/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10235, de 17 de outubro de 1.977, deste Poder,

##### RESOLVE:

mandar pagar, nos termos do Art. 196, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1.970, a PRIMO MANFRINATO, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, lotado no Gabinete do Deputado Hélio Manfrinato, a quota de salário família correspondente a sua esposa Ana Maria Silveira Manfrinato, a partir de 16 de junho de 1.976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 692/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10690, de 26 de outubro de 1.977, deste Poder,

##### RESOLVE:

conceder a JACY MARTINS ARAUJO, viúva do ex-Deputado Estadual Piragibe Araujo, falecido no dia 04 de setembro de 1.977, a pensão mensal de valor equivalente a três (03) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, de acordo com as Leis números 4.763 e 54 de 05 e 22 de novembro de 1.963, com nova redação dada pelas Leis números 6.468, de 18 de outubro de 1.963 e 6.911, de 02 de setembro de 1.977, a partir da data do óbito.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente.



QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 693/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10456, de 21 de outubro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a RUTH CARVALHO DE MELLO, matrícula número 256, ocupante do cargo de nível PL“27”, da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 01 de junho de 1.976, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 16 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 694/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10573, de 25 de outubro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a CRISTINA MARIA SOARES, viúva do ex-Deputado Estadual Lauro Muller Soares, falecido no dia 02 de outubro de 1.977, a pensão mensal de valor equivalente a três (03) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, de acordo com as Leis números 4.763 e 54, de 05 e 22 de novembro de 1.963, com nova redação dada pelas Leis números 6.468, de 18 de outubro de 1.963 e 6.911 de 02 de setembro de 1.977, a partir da data do óbito.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 16 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário.